



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**

**CENTRO DE EDUCAÇÃO**

**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**CURSO DE HISTÓRIA**

**CRISTIANE DO NASCIMENTO PAZ DA SILVA**

**ENSINO DE HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: SABERES LOCAIS NAS  
APRENDIZAGENS DO ENSINO FUNDAMENTAL.**

**CAMPINA GRANDE – PARAÍBA  
2014**

**CRISTIANE DO NASCIMENTO PAZ DA SILVA**

**ENSINO DE HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: SABERES LOCAIS NAS  
APRENDIZAGENS DO ENSINO FUNDAMENTAL.**

Trabalho Acadêmico Orientado  
apresentado à Universidade Estadual da  
Paraíba – UEPB, para encerramento do  
componente curricular e conclusão da  
graduação em História.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão Araújo

**CAMPINA GRANDE – PARAÍBA  
2014**

S586e Silva, Cristiane do Nascimento Paz da.

Ensino de história, memória e patrimônio [manuscrito] :  
saberes locais nas aprendizagens do ensino fundamental /  
Cristiane do Nascimento Paz da Silva. - 2014.

77 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) -  
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.

"Orientação: Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão Araújo,  
Departamento de História".

1. Ensino de História. 2. Patrimônio. 3. Memória. I. Título.

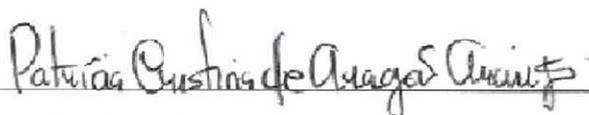
21. ed. CDD 372.89

**CRISTIANE DO NASCIMENTO PAZ DA SILVA**

**ENSINO DE HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: SABERES LOCAIS NAS  
APRENDIZAGENS DO ENSINO FUNDAMENTAL.**

Trabalho Acadêmico Orientado  
apresentado à Universidade Estadual da  
Paraíba – UEPB, para encerramento do  
componente curricular e conclusão da  
graduação em História.

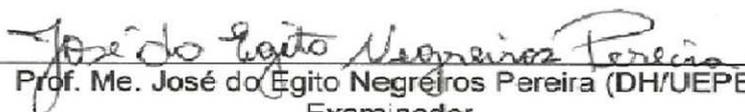
APROVADA EM 30/04/2014



Prof. Dra. Patrícia Cristina de Aragão Araújo (DH/UEPB)  
Orientadora



Prof. Dra. Maria Lindaci Gomes de Souza (DH/UEPB)  
Examinadora



Prof. Me. José do Egito Negreiros Pereira (DH/UEPB)  
Examinador

**CAMPINA GRANDE – PARAÍBA  
2014**

## **AGRADECIMENTOS**

Meus agradecimentos a Deus que iluminou meus caminhos percorridos nessa jornada acadêmica e me deu forças para não desistir. A minha orientadora, professora Patrícia Cristina de Aragão Araújo pelo incentivo, as excelentes orientações, paciência, compreensão e por ter acreditado na minha capacidade. A Waldilson, colega de Academia, que me fez despertar para a ideia deste trabalho. A minha família. A Prefeitura de Alagoa Grande, por ceder o transporte público para que todos os dias eu e outros estudantes da cidade possamos ir para Campina Grande alcançar novas etapas em nossos estudos. Ao amigo Juliano que me auxiliou nas buscas pelas fontes de trabalho. Ao meu amigo e colega de curso Allann Bruno por ter me dado forças em um momento de organização deste trabalho. Aos colegas e amigos de curso Adriana Telma, Damião, Darlan, Elton, Fernanda, Luís Carlos, Marcelo, Nelson, Thiago e novamente Allann Bruno, pois partilhamos das mesmas emoções, medos e alegrias.

Aos meus professores que contribuíram no meu processo de aprendizagem, tornando-me portadora de seus conhecimentos. Aos meus narradores: Dona Teresinha Vasconcelos, José Avelar Freire, Javancy Celso e José Guimaraes Guedes. A banca examinadora, composta pelos professores Dra. Maria Lindaci Gomes de Souza, Me. José do Egito Negreiros Pereira. E a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para a conclusão deste trabalho.

## RESUMO

Este trabalho tem por finalidade discutir as questões relacionadas ao ensino de História articulado ao patrimônio e à memória de Alagoa Grande - PB, em sala de aula do ensino fundamental II. O objetivo do nosso trabalho é investigar o ensino de História a partir das discussões relativas à memória e ao patrimônio no município de Alagoa Grande, no ensino fundamental II. Para a realização da pesquisa, abordaremos autores como Nora (1981), Lemos (1981), Choay (2006), Le Goff (1990), Halbwachs (1990), Barros (2004), Bitencourt (2008), Fonseca (2011) e Pesavento (2008). A metodologia foi realizada a partir da História Oral, contemplando discussões sobre memória e patrimônio local. Buscamos fontes como entrevistas e fotografias em estudos e discursos desenvolvidos pelo viés da História Cultural. Assim, esta temática torna-se de grande importância para o envolvimento e conhecimento dos jovens desta modalidade de ensino no que se refere à história da cidade, abrindo caminhos para desenvolver o interesse dos discentes pela disciplina de História na perspectiva do trato com a memória e patrimônio local.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio. Memória. Ensino de História.

## **ABSTRACT**

This paper aims to discuss issues related to History teaching in articulation with equity and memory of Alagoa Grande, Paraíba, Brazil addressed to elementary school. Our work intends to investigate History teaching from discussions concerning to memory and heritage in Alagoa Grande when it comes to elementary school. Research is grounded in Nora (1981), Lemos (1981), Choay (2006), Le Goff (1990), Halbwachs (1990), Barros (2004), Bittencourt (2008), Fonseca (2011) and Pesavento (2008). Methodology was applied considering Oral History, and it has contemplated discussions about memory and local heritage. We seek sources such as interviews and photographs in studies and discourses developed by Cultural History bias. Thus, this issue is greatly important to youth's involvement and knowledge about this kind of education with regard to the city's history. Besides, it opens ways to develop students' interest in History from the perspective of dealing with memory and local heritage.

**KEYWORDS:** Heritage. Memory. History teaching.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01- Atração cultural do Festival Caminhos do Frio.....	40
Figura 02- Momentos do Festival de Gastronomia.....	41
Figura 03- Museu “Casa Margarida Maria Alves”.....	41
Figura 04- Memorial Jackson do Pandeiro e seus pertences.....	42
Figura 05- Embarque e desembarque do trem, em Alagoa Grande.....	42
Figura 06- Antigo Colégio do Rosário .....	44
Figura 07- no meio, o casarão de azulejo português.....	44
Figura 08- Casarões da Rua Dom Pedro II.....	46
Figura 09- Casarões da Rua Apolônio Zenaide.....	47
Figura 10- Cirandeiros de Caiana.....	48

## Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO I .....</b>	<b>16</b>
<b>1.1. Discutindo sobre ensino de história e memória no campo da história cultural.....</b>	<b>17</b>
<b>1.2. Memória: uma necessidade de conhecimento inserida no campo do ensino de História.....</b>	<b>23</b>
<b>1.2.1. Definição de patrimônio e a importância da memória e do patrimônio material e imaterial local.....</b>	<b>29</b>
<b>CAPÍTULO II .....</b>	<b>36</b>
<b>2.1. ABORDAGEM HISTÓRICA DO PATRIMÔNIO DE ALAGOA GRANDE-PB</b>	<b>37</b>
<b>2.2. Margarida Maria Alves e Jackson do Pandeiro: patrimônio imaterial de Alagoa Grande.....</b>	<b>48</b>
<b>2.2.1. Um breve histórico sobre a genialidade cultural e artística de Jacson do Pandeiro. ....</b>	<b>49</b>
<b>2.2.2. “É melhor morrer na luta do que morrer de fome”: a luta de uma mulher chamada “Margarida”.....</b>	<b>52</b>
<b>2.3. O ensino de história como espaço para aprendizagem da história local</b>	<b>55</b>
<b>2.4. Pesquisa em história oral temática: Entrevistas com moradores de Alagoa Grande-PB .....</b>	<b>63</b>
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>70</b>
<b>Fontes e Bibliografias.....</b>	<b>71</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>75</b>

## INTRODUÇÃO

O tema a ser discutido neste trabalho trata de uma pesquisa no ensino de História que aborda o patrimônio e memória local da cidade de Alagoa Grande-PB no espaço da sala de aula do Ensino Fundamental II. Sendo este um campo do saber que vem ganhando destaque no espaço educacional, principalmente no que diz respeito ao campo do ensino de História, procuramos expor através dos objetos socioculturais representados pela memória e pelo patrimônio a construção da identidade da criança e do jovem de Alagoa Grande. Pois “as identidades podem dar conta dos múltiplos recortes do social, sendo étnicas, raciais, religiosas, etárias, de gênero, de posição social, de classe ou de renda, ou ainda então profissionais.” (PESAVENTO, 2008, p. 91).

A nossa proposta consiste em trabalhar o patrimônio na perspectiva do ensino de História. Pretendemos levar este discurso para o contexto sociocultural buscando a relação entre o conhecimento da história do patrimônio e memória local e o espaço da sala de aula. Uma vez que este tema carece de um olhar mais minucioso sobre a história local permitindo assim uma educação e aprendizagem um pouco mais voltadas a Alagoa Grande, a partir de seu patrimônio material e imaterial.

Além disso, procuramos estabelecer uma discussão em torno do espaço pedagógico e do uso da memória e patrimônio nas aulas de história, assim como na discussão da história local, a partir de aulas práticas e teóricas com intervenção do professor. Propiciando assim, a elaboração da identidade cultural local que envolve memória e patrimônio nas aulas de História do Ensino fundamental II. Neste aspecto, Le Goff (1990) aponta que:

A noção de aprendizagem, importante na fase de aquisição da memória, desperta o interesse pelos diversos sistemas de educação da memória que existiram nas várias sociedades e em diferentes épocas: as mnemotécnicas<sup>1</sup>. (LE GOFF, 1990, p 423).

---

<sup>1</sup> Técnica de estimulação da memória. Seu nome vem da deusa da memória, Mnemosyne.

Desta forma, objetivamos problematizar o ensino de História a partir das discursões relativas à memória e patrimônio em Alagoa Grande-PB no Ensino Fundamental II.

Procuramos estruturar a nossa pesquisa a partir dos seguintes objetivos: - Discutir sobre a memória e o patrimônio de Alagoa Grande e a importância desta discussão no ensino de História local no nível fundamental. - Identificar o patrimônio material e imaterial de Alagoa Grande e as contribuições destes para a construção da memória e história local. - Refletir sobre o ensino de História no fundamental apresentando os desafios e dilemas e também as possibilidades da utilização metodológica da memória e patrimônio na sala de aula. - Perceber através das narrativas sobre Alagoa Grande como são constituídas as representações da memória e do patrimônio local.

A transmissão do saber a partir da memória e do patrimônio local, inserida na rotina das aulas de História pode incitar os educandos a conhecer ainda mais a fundo a história nacional, diminuindo as dificuldades e o desinteresse que a maioria dos estudantes ainda tem pelas aulas de História. Eles estarão mais aptos a conhecer e compreender os acontecimentos atuais, a partir do conhecimento que eles têm de suas ruas, casas, praças, como também vislumbrando a importância dos fatos políticos, econômicos culturais e das questões sociais de sua comunidade, além de adquirirem a possibilidade de identificar-se com temas que também fazem parte do cotidiano dos outros indivíduos.

A escola, como toda instituição pública destinada ao desenvolvimento social e educacional da população tem por princípio instigar os alunos a se questionarem sobre as transformações históricas de sua cidade, fazendo um comparativo, quando possível e necessário com a história nacional e mundial estudadas em sala de aula.

Portanto ao iniciar a ideia de produzir esta redação em um primeiro momento, expusemos as seguintes indagações: Por que buscamos trabalhar este tema? O que nos motivou? Qual a contribuição do tema para a cidade de Alagoa Grande? Qual a contribuição do tema para o ensino de história na cidade de Alagoa Grande? A contribuição deste estudo trará benefícios para o ensino de História na cidade?

Em um segundo momento deste trabalho, tratamos de apresentar a relevância do mesmo através dos seguintes questionamentos: por que é importante trabalhar o tema para a linha do ensino de História? E quais as questões relativas ao ensino de História e do patrimônio?

O eixo problemático desta pesquisa foi delimitado a partir da interrogação a seguir: de que modo a memória e o patrimônio local propicia a aprendizagem histórica em Alagoa Grande – PB no ensino de história no ensino fundamental?

Partindo desse viés procuramos trabalhar o tema desta pesquisa. A ideia de desenvolver este trabalho nasceu da experiência acadêmica do estágio supervisionado nas séries do ensino médio. Através da observação durante as aulas práticas de História, tornou-se claro o desinteresse destes estudantes pelo conhecimento das aulas sobre história e a pouca absorção do que se ensina em sala de aula.

Logo, nos surgiu a inquietação de que este problema não era questão que se fazia presente nas séries do ensino médio, e sim que o desinteresse dos estudantes pelo ensino de História é algo que vem desde as séries iniciais do ensino básico.

Todavia, o problema não se resume ao nível do Ensino Médio, necessitando da intensificação do conhecimento da história do patrimônio material e imaterial logo no ensino fundamental. Portanto, nos focamos em trabalhar a partir das séries do Ensino Fundamental II, levando para estes estudantes o ensino de História através da memória e patrimônio local de Alagoa Grande.

A nossa preocupação quando da escolha de trabalhar o tema no ensino Fundamental II provem da ideia de que através do contato com a história da memória e do patrimônio local, os estudantes terão maior possibilidade de desenvolver o interesse pelo aprendizado do saber histórico nacional e universal.

Desse modo, enquanto professores de História, almejamos contribuir com o conhecimento educacional dado no ambiente da sala de aula, buscando despertar nestes estudantes a consciência da importância de se envolver com os acontecimentos históricos através do patrimônio e da memória de Alagoa Grande, e para que possam despertar a identidade sociocultural e de pertencimento local como cidadão e sujeito que também são parte da história.

Por ser uma cidade culturalmente rica no que diz respeito a sua história, Alagoa Grande passou por um processo de reforma e conservação de seus prédios históricos e do tombamento dos casarões de suas principais ruas, as quais fizeram partes da formação da cidade. A construção da cultura histórica estaria na relação das produções entre o ensino de história e a comunidade.

O ensino de história, seja na escola ou nos centros acadêmicos, possui um papel político e social imprescindível para a cidadania, buscando atuar

simultaneamente com a comunidade na construção das representações do passado. Sob estes aspectos, a cultura histórica é parte de uma sociedade construída a partir do conhecimento histórico, associando o conhecimento da comunidade a uma percepção do processo histórico.

Os conhecimentos da História Nacional na sala de aula, a partir da exposição do patrimônio histórico local, leva ao aluno de muitas cidades interioranas da Paraíba a abertura e conscientização de que ali onde ele cresceu é um lugar acumulador de histórias, de fatos que ele vê em livros de História ou mesmo no meio midiático e que tais fatos fazem parte da existência de sua cidade.

Os currículos de História no Brasil sempre foram norteados para adaptar-se ao sistema político, econômico de uma determinada classe dominante e que são direcionados à História Universal europeizada e isso levou a evasão de uma história voltada para as transformações históricas locais. Todavia, o estudo de história a partir do espaço social e local dos alunos e alunas, possivelmente se tornará um meio de grande importância para a conscientização destes estudantes cidadãos do conhecimento que podem adquirir e de que também são sujeitos contribuintes da história estudada em sala de aula.

A partir do que expusemos procuramos mostrar que o tema escolhido pode contribuir para o campo do ensino de História e ser de grande relevância para o contexto da educação brasileira. Além do mais, os temas sobre o patrimônio e a memória local são de grande valor para a linha de pesquisa acadêmica no curso de História e ensino de História, assim como a possibilidade deste tema contribuir na formação dos professores em História.

Este trabalho se situa no campo da História Cultural onde desenvolvemos uma interface dialógica entre o ensino de História e as definições e conceitos da História Cultural através da discussão do patrimônio e memória de Alagoa Grande-PB. Para desenvolver esta redação, tivemos como alicerce os estudos de PESAVENTO (2008) e BARROS (2004).

No item que trata do tema sobre memória buscamos nosso embasamento teórico através de NORA (1990), HALBWACHS (1990) e POLLACK (1992), onde discutimos sobre as memórias coletivas e individuais e a importância da memória para formação da identidade social e cultural dos grupos sociais e de cada indivíduo.

Trabalhamos os conceitos e a importância do patrimônio material e imaterial no espaço do ensino e no campo da História, sobre a perspectiva de LEMOS (1982),

CHOAY (2006) e HARTOG (2003). E a partir de FONSECA (2011), BITTENCOURT (2008) e BARROS (2013), buscamos desenvolver a importância da memória e do patrimônio como objetos temáticos para o ensino de história no Brasil. Por fim, para o recorte temporal datamos o período de 1990 a 2014, onde ocorreram mudanças relevantes no sistema de ensino nacional, a partir da inserção dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's).

A abordagem metodológica usada nesta pesquisa se deu através da História Oral, que tem se apresentado como uma nova perspectiva no que diz respeito à escrita da história. Partindo dos preceitos do que seja história oral, nos deparamos com a premissa de Sônia Maria de Freitas em seu livro “História Oral: Procedimentos e possibilidades”, que define a história oral como um método de pesquisa que faz uso de técnicas através de entrevistas, bem como outros tipos de procedimentos que se complementam, através dos registros da experiência humana. Ao historiador, a história oral possibilita o registro da história de vida, seguindo o modo como os fatos e os acontecimentos passaram a ser entendidos, sentidos e até mesmo reinterpretados pelo sujeito que o vivenciou.

Ao buscar na história oral a oportunidade de discutirmos a importância deste no ensino de história, visamos aproximar o ensino de história local e a relevância que o tema memória e patrimônio local possuem no ambiente de ensino. Criando assim, um vínculo entre os indivíduos que ainda se encontram em processo de formação identitária, e a oportunidade de compreenderem a construção sociocultural do espaço em que atuam.

Dessa forma, a história oral pode ser um importante caminho metodológico para os estudos que envolvem as discursões sobre o tema memória e patrimônio. Por se encontrar ligada aos discursos históricos, sociais e culturais a história oral contribui com as oportunidades de problematizar tais debates por meio do diálogo dentro do campo do ensino de história. Recorrendo a Lucien Febvre, Freitas (2006) salienta que:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando eles existem. Mas ela pode fazer-se, ela pode fazer-se sem documentos escritos, se os não houver. Com tudo o que o engenho do historiador pode permiti-lhe utilizar para fabricar o seu mel, à falta das flores habituais. Portanto com palavras, com signos [...]. (FREITAS APUD FEBVRE, 2006, p. 22).

Ampliando dessa forma, o caminho para se compreender a necessidade da pesquisa histórica através das relações com os acontecimentos sociais, culturais, econômicos, religiosos e políticos no contexto em que seus personagens estiverem inseridos. Enfatizamos através de Barros (2004) que estas dimensões da realidade social têm capacidade de interagir entre si, “ou rigorosamente sequer existem como dimensões separadas.” (Ibid, p. 22).

A história oral pode ser trabalhada a partir de três gêneros os quais abordam a história de vida, história oral e história temática (Freitas, 2006): a técnica utilizada neste trabalho tem como base a entrevista com história oral temática, cuja análise foi direcionada para o ensino de história, memória e patrimônio, se atendo ao patrimônio de Alagoa Grande-PB. Dessa forma, com base nas premissas de Freitas (2006), reforçamos que nossa pesquisa contribui para o enriquecimento das fontes históricas locais de Alagoa Grande, pois a história oral, ela própria “fornece documentação para reconstruir o passado” (Ibid, p. 26).

Freitas (2006) ainda enfatiza que, o contemporâneo também faz parte da história, sendo o presente legitimado pela história oral, deixando a história de ser objeto apenas do passado. Logo, o saber história é parte do aprendizado do presente e não um conhecimento que está atrelado apenas ao que ocorreu há muito tempo, distante da nossa realidade.

Sendo assim, nos apropriamos das premissas de Schimidt (2011) para enfatizar que a história oral em sala de aula tem a possibilidade de colaborar para a capacidade dos estudantes se enxergarem como complemento da história e que esta torna-se parte integrante de suas vidas.

Portanto, a história oral alarga o caminho para aumentar a ideia de que alunas e alunos sejam condicionados a tornarem-se parte do “processo do fazer, do construir a História”, e percebam que o conhecer histórico não se trata de um dom absorvido apenas pelo professor e algumas pessoas. (SCHMIDT In: BITTENCOURT, 2008, p. 57).

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir das seguintes etapas: 1º) levantamento bibliográfico, realização da leitura e análise dos textos e elaboração da redação; 2ª) pesquisa de campo com catalogação do patrimônio da cidade através de jornais e livros que continham registros desses patrimônios e em seguida houve o contato com os entrevistados; 3ª) realização e transcrição destas entrevistas; 4ª) análises das entrevistas e elaboração do texto final.

Durante as etapas de nossa pesquisa sentimos muitas dificuldades na sua realização pelo fato de existirem poucos registros em documentos oficiais disponíveis na Prefeitura Municipal da cidade, restando-nos os registros em revistas e livros de autores locais e dos depoimentos orais destes mesmos autores.

Quanto aos sujeitos que participaram de nosso trabalho destacamos o senhor José Guimarães Guedes, Engenheiro Agrônomo aposentado de 64 anos; o senhor José Avelar Freire, Historiador com 63 anos, o senhor Javancy Celso de Lima de 78 anos, Técnico em Saneamento aposentado e a senhora Teresinha Vasconcelos, Professora Primária aposentada com 76 anos.

Com relação às fontes para realizar esta pesquisa, fizemos uso de livros, textos e artigos acadêmicos sobre ensino de história, história cultural, história oral, das cidades e do cotidiano, memória e patrimônio. Utilizamos de livros, jornais e revistas eletrônicas que relatam a história econômica, política, social e cultural de Alagoa Grande. Além dos depoimentos relatados por nossos entrevistados. A nossa pesquisa *in locus*, foi realizada na cidade de Alagoa Grande-PB, situada no brejo paraibano, região da Borborema.

O presente estudo está organizado com uma Introdução e dois capítulos. No Capítulo I, intitulado *Ensino de História e Memória: reflexões a partir do patrimônio* discutiremos sobre ensino de história, a memória e o patrimônio local no campo do ensino de história. No capítulo II, cujo título é *Ensinando história no Fundamental: memória e patrimônio na abordagem da história local* faremos uma breve abordagem histórica do patrimônio de Alagoa Grande bem como da sua origem, realizaremos um apanhado sobre os sujeitos históricos da cidade representados na figura de Margarida Maria Alves e Jackson do Pandeiro e fecharemos esta pesquisa fazendo uma relação entre as mudanças curriculares com a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais nos anos 90, o que deu mais ênfase ao ensino de História como um espaço para a aprendizagem da história local.

## **CAPÍTULO I**

### **ENSINO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA: REFLEXÕES A PARTIR DO PATRIMÔNIO**

## **1.1. Discutindo sobre ensino de história e memória no campo da história cultural**

Este trabalho está situado no campo da História Cultural, cujo objetivo é a necessidade de discutir sobre o ensino de História na perspectiva da memória e do patrimônio tangível e intangível, que fazem parte dos bens materiais e imateriais do município de Alagoa Grande. Abordaremos sobre História Cultural enquanto campo de conhecimento dos estudos de História e, nele, inicialmente discutiremos o que é História Cultural e qual sua importância para o trabalho do historiador, bem como as possibilidades que ela trouxe para a pesquisa histórica. Além disso, questionaremos o ensino História na perspectiva da memória e do patrimônio de Alagoa Grande, a partir do campo da História Cultural.

Com o advento da História Cultural, tornou-se possível uma análise mais complexa e vasta no campo da pesquisa historiográfica, a qual é suscetível de ser investigada por essa nova fonte de estudo, a partir de sua contribuição para os novos temas, conceitos e apresentações que guiaram uma nova forma de registrar os acontecimentos dos fatos históricos e dos grupos sociais.

No segundo momento deste capítulo, discutiremos sobre memória e patrimônio e como os autores trabalham o referido tema a partir da História Cultural. Finalizaremos este capítulo da nossa discussão refletindo sobre o ensino de história sob a perspectiva da história local e o papel da memória e do patrimônio tangível e intangível na preservação dos saberes locais do município de Alagoa Grande-PB.

A História Cultural é um campo do conhecimento historiográfico que permitiu ao historiador ampliar o seu objeto de trabalho a partir das novas temáticas introduzidas nos estudos da História desde os primeiros sinais de crises dos paradigmas elucidativos da realidade dos acontecimentos. As novas tendências introduzidas pela História Cultural permitiram ao historiador trabalhar novas fontes da história, que possibilitaram um conhecimento mais amplo e mais questionador do “real passado<sup>2</sup>” (PESAVENTO, 2008, p. 14).

Esta linha de estudo também nos concede trabalhar este novo direcionamento da história como um caminho norteador que capacita um melhor

---

<sup>2</sup> Conforme Pesavento (2008, p. 14), “a história estava em alta, sim, e isso se deve, em grande parte, às suas novas tendências de abordagens do real passado”.

conhecimento em relação à complexidade do comportamento social, que ditam os costumes, o modo de vida e o cotidiano dos grupos humanos diversos.

Uma vez que a abordagem histórica busca no tema cultura estudar e questionar as relações e o comportamento das sociedades, a história possibilita-nos adentrar no ambiente destes grupos sociais. Desta forma, a História Cultural propicia desenvolver pesquisas historiográficas a partir dos lugares onde vive determinado grupo social. Partindo desta observação, podemos pensar, a partir de Pesavento (2008, p. 15), que:

A cultura é ainda uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentam de forma cifrada, portanto já um significado e uma apreciação valorativa.

A História Cultural nos proporciona uma nova visão do passado, em que pese uma reinvenção deste passado, e que privilegie o mundo atual a reconstruir a escrita da História, apresentando as novas gerações com diferentes interpretações da história sem o apego total a uma verdade histórica. Pesavento (2008, p. 16) esclarece:

A História trabalha com a mudança no tempo, e pensar que isso não se dê no plano da escrita sobre o passado implicaria negar pressupostos [...]. A presença da História Cultural assinala, pois, uma reinvenção do passado, reinvenção esta que se constrói na nossa contemporaneidade, em que o conjunto das ciências humanas encontra seus pressupostos em discussão.

Na mesma linha de pensamento, José D'Assunção Barros (2004) nos relata que “a História Cultural enfoca não apenas os mecanismos de produção dos objetos culturais, como também os seus mecanismos de recepção [...]”. (BARROS, 2003<sup>3</sup>, p. 146). Portanto, seguindo este raciocínio, podemos ter em mente que o desenvolvimento cultural de um grupo de indivíduos também pode ser formado a partir do incentivo e da divulgação do patrimônio e da memória local de uma determinada cidade.

Estes objetos culturais, como nos aponta Barros (2005), são o caminho para que as representações históricas sejam os mecanismos que os indivíduos de uma

---

<sup>3</sup> Reflexões encontradas em: José D'assunção Barros. TEXTOS DE HISTÓRIA, vol. 11, nel/2,2003.

localidade possam produzir a sua manifestação cultural através do significado existente representado através daquele objeto histórico.

Diferentemente do conceito que predominava sobre o termo *cultura* no mundo atual, este se torna muito mais amplo do que podemos imaginar, uma vez que possibilita estudar o comportamento cultural e social das mais diversas classes de indivíduos dentro do contexto historiográfico da História Cultural.

Ao discutir sobre estas percepções, Pesavento (2008) nos aponta uma história que oferece um novo olhar diferenciado e que busca enfatizar a cultura através das representações comportamentais existentes em cada grupo humano e que dita o comportamento dos indivíduos. Para Barros (2005<sup>4</sup>, p. 04):

Ao ignorar a inevitável complexidade da noção básica que a fundamentava, a História da Cultura tal como era praticada nos tempos antigos era uma história elitizada, tanto nos sujeitos como nos objetos estudados. A noção de “cultura” que a perpassava era uma noção demasiado restrita, que os avanços da reflexão antropológica vieram desautorizar.

Portanto, com base nas premissas de Sandra Jatahy Pesavento (2008) e José D’Assunção Barros (2005), entendemos que a compreensão de cultura era restrita ao que Barros (2005) denominou de história elitizada que, mesmo considerada em um nível de cultura intelectual, agora se voltaria para uma cultura formadora de todas as representações das identidades, principalmente dos grupos sociais antes postos à margem da história. Um dos marcos da História Cultural foi “trazer à tona o indivíduo, como sujeito da História, recompondo histórias de vida, particularmente daqueles egressos das camadas populares” (PESAVENTO, 2008, p. 118).

Ao discutir sobre História Cultural, Pesavento (2008) aponta para os aspectos deste campo de estudos históricos a partir das mudanças epistemológicas que proporcionaram uma nova visão ao conceito historiográfico. Tendo em vista que tais conceitos se manifestam dentro da História Cultural através do campo da História Social, Política, História das Religiosidades, das Mentalidades, a Micro História, enfim, norteando a visibilidade do historiador.

Todavia, Barros (2004) chama a atenção para a possível construção de um campo a partir da oposição entre eles. Porém, no desenvolver da sua construção, poderá ocorrer um encontro de ideias que se completam, retomando as

---

<sup>4</sup> Referente a: **A História Cultural Francesa – Caminhos De Investigação**. Fênix – Revista de História e Estudos Culturais Outubro/ Novembro/ Dezembro de 2005 Vol. 2 Ano II nº 4 ISSN: 1807-6971. Disponível em: [www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br)

identificações existentes entre estes campos de estudo, uma vez que a cultura histórica possibilita tais identificações. Desse modo:

A cada novo período da historiografia, uma dimensão pode começar a se desprender da outra, ou então duas dimensões que antes andavam separadas podem voltar a se juntar [...]. A História das Mentalidades, a História do Imaginário e a História Antropológica, por exemplo, foram enfoques que de certo modo se desprenderam há algumas décadas da História da Cultura; e a História da Cultura Material organizou-se a partir de um certo setor da História Econômica que estava diretamente voltado para o consumo e que passou a se conectar com certos aspectos enfatizados pela História Cultural, ao mesmo tempo em que se beneficiava das preocupações crescentes com a vida cotidiana que surgiram no decurso do século XX (BARROS, 2004, p. 25).<sup>5</sup>

O conceito das práticas e representações se notabilizou no campo da História Cultural, principalmente a partir de Roger Chartier (2005). Para este autor, as práticas e representações possibilitam a capacidade de haver uma relação entre os objetos culturais e os sujeitos que produzem e absorvem a cultura (CHARTIER apud BARROS, 2004, p. 13). Para Pesavento (2008, p. 41), a representação é portadora do simbólico. Por serem construídas a partir das percepções sociais e históricas, as representações “no inconsciente coletivo se apresentam como naturais, dispensando reflexão”.

Percebemos, nas reflexões acima, que as representações são conceitos que intensificam ainda mais a relação do saber, do aprendizado e do conhecimento no espaço da sala de aula, trazendo aos estudantes a representatividade do patrimônio e da memória de sua localidade. Logo, estes sujeitos produtores de cultura se tornarão aptos a encontrar a sua identidade dentro daquilo que ele se percebe como sujeito praticamente da cultura local.

Além do mais, acrescentamos as ressalvas de Pesavento (2008) de que as representações se apresentam na forma do simbólico. Destarte, podemos correlacionar os símbolos à figura do patrimônio material e imaterial local, ambos indispensáveis para a composição social e cultural de uma comunidade. De acordo com Barros (2011<sup>6</sup>), as diferentes formações culturais poderiam ser analisadas pela relação interativa entre estes dois conceitos:

---

<sup>5</sup> José D'assunção Barros. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.16, p. 17 -35, dez. 2004 - ISSN: 1676-2584

<sup>6</sup> BARROS, José D'assunção. **A nova História Cultural e sua relação com outros campos.** Cadernos de História, Belo Horizonte, v.12, n. 16, 1º sem. 2011.

Tanto os objetos culturais seriam produzidos “entre práticas e representações”, como os sujeitos produtores e receptores de cultura circulariam entre estes dois polos, que de certo modo corresponderiam respectivamente aos “modos de fazer” e aos “modos de ver” (BARROS, 2011, p. 46<sup>7</sup>).

A partir das premissas de Pesavento (2008), Barros (2004) e Chartier (2005), observamos que a História Cultural estendeu as fontes de pesquisa, ampliando os seus conceitos norteadores e, conseqüentemente, aumentando os desafios do historiador ao adentrar no campo da cultura. O pesquisador desenvolve seu trabalho e adota os novos temas e novas abordagens, transformando-os em um campo de análise que permite discutir sobre a memória e o patrimônio local a partir dos conceitos de cultura já salientados neste capítulo. Desse modo, entendemos que:

A proposta da História Cultural seria, pois, decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e o mundo (PESAVENTO, 2008, p. 42).

Após fazermos um breve enunciado sobre o espaço historiográfico da História Cultural, nós nos questionamos se é possível trabalhar a ideia de patrimônio e memória local a partir das novas fontes e abordagens dessa linha de estudo, levando em consideração a necessidade de uma abordagem destes dois objetos de pesquisa - patrimônio e memória - no espaço escolar.

Tendo em vista o que já abordamos de Pesavento (2008), Barros (2004) e os demais teóricos da temática História Cultural em nosso trabalho, buscamos a oportunidade de introduzir o tema concernente à educação cultural da memória e do patrimônio local no campo do ensino de História na cidade de Alagoa Grande.

A História Cultural “permite reconstruir o passado como objeto de pesquisa, tentar atingir a percepção dos indivíduos no tempo, quais são seus valores, aspirações, modelos, ambições e temores” (PESAVENTO, 2008, p. 71). Com base neste posicionamento da autora, podemos pensar que o historiador e professor de história, ao ter acesso às fontes históricas para o desenvolvimento do ensino de história na sala de aula, poderá incluir plenamente o uso da história local através da memória e do patrimônio tangível e intangível entre as fontes a ser trabalhadas na sala de aula.

---

<sup>7</sup> Reflexões afins também são desenvolvidas por Chartier (2005 apud BARROS, 2004, p. 131).

Todavia, ao ter acesso à leitura de Circe Bittencourt (2008), deparamo-nos com a premissa de que o professor de História está sempre sendo desafiado a transpor os conhecimentos de história a alunos e alunas norteados pelo conhecimento elaborado pelo “senso comum”<sup>8</sup>. Isso os leva a obter uma representação social diversa daquela adquirida pelo professor, devido a seus conhecimentos acadêmicos.

Logo, é possível compreender, nas linhas da autora, uma relação com o ensino da História Cultural por meio da memória e do patrimônio local. Não se deve perder de vista o cuidado que o professor precisa ter ao expor ao aluno um conteúdo de memória e patrimônio, fazendo com que estes percebam a relação daquele tema com as representações sociais que eles já possuem.

Portanto, percebemos, em Bittencourt (2008, p. 25), que:

A história escolar não é apenas uma transposição da história acadêmica mas constitui-se por intermédio de um processo no qual interferem o saber erudito, os valores contemporâneos, as práticas e os problemas sociais.

Dessa forma, a partir do patrimônio material e imaterial e da memória de uma localidade, o professor tem em suas mãos a oportunidade de capacitar os alunos a dialogar com o passado de sua cidade, ao mesmo tempo em que passarão a desenvolver a cidadania e a consciência histórica local, tanto individual como coletiva da cultura a que são pertencentes.

Portanto, foi permitindo a abertura de novos temas historiográficos, que a História Cultural também concedeu ao historiador discutir sobre memória e patrimônio local, propiciando esta discussão no campo do ensino de História e tornando possível produzir uma interface sobre ensino de história e História Cultural.

Enfim, nosso propósito está baseado na ideia de trazer para o campo do ensino de História o aprendizado para alunos do ensino fundamental, através do patrimônio e da memória local de Alagoa Grande, suas representações culturais e sociais e a formação cultural local manifestada através de seu passado. Por meio deste aprendizado da memória e do patrimônio local, rico em cultura, almejamos, como professores de história, acrescentar e contribuir com o envolvimento destes alunos e alunas, e também com a história local.

---

<sup>8</sup> Em Bittencourt (2008, p. 25), nos deparamos com a ideia de senso comum apresentada pela autora e identificamos que esta ideia se faz presente no cotidiano, além do que os estudantes apreendem do seu grupo social.

## **1.2. Memória: uma necessidade de conhecimento inserida no campo do ensino de História.**

Neste item, pretendemos trabalhar a temática *memória* enquanto prática cultural no âmbito da educação local como instrumento representativo do patrimônio imaterial e material. Nosso intuito é focar na constituição da educação a partir do ensino de patrimônio e memória local como base para o ensino fundamental na cidade de Alagoa Grande.

A partir dos estudos de Le Goff (1990), Maurice Halbwachs (1990), Michael Pollak (1992) e Pierre Nora (1981), nós nos propusemos a abordar a ideia de como a prática da memória coletiva e da memória individual pode se tornar uma ponte estruturante para a construção da identidade local no campo do ensino de história, podendo se tornar um importante objeto de ensino na educação e amadurecimento dos jovens para a vida em sociedade, uma vez que se torne parte das aulas de história para os educandos do ensino fundamental em Alagoa Grande.

Nosso propósito é abordar o tema memória e patrimônio a partir da possibilidade de ambos serem incluídos nas aulas de história, a fim de levar aos alunos o interesse pela memória e patrimônio local, despertando-os para a conscientização da importância da história para o desenvolvimento social da população do referido município.

Deste modo, trataremos a prática da memória individual e coletiva da cultura local de Alagoa Grande como parte integrante da estrutura do fazer história e também como objeto complementar de conhecimento para o campo do Ensino Fundamental II. Nesse diapasão, Halbwachs (1990) mostra que mesmo a memória individual necessita da lembrança externa, da participação do outro para ser evocada. Sendo assim:

Um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade (HALBWACHS, 1990, p.54).

Ainda sobre este aspecto, a memória individual, mesmo que tenha em sua consciência a noção de que não está ligada à memória do todo, acaba sofrendo influências externas no seu comportamento perante a sociedade, nas suas ideias e

pensamentos. Mesmo que não reconheça essa relatividade, o ser individual é um praticante da memória coletiva.

Ao tratar sobre o tema, Le Goff (1990) expõe o discurso relativo à memória a partir de uma percepção mais abrangente, ultrapassando o espaço das ciências humanas. Para ele, o que interessa, de fato, é o lugar que o passado ocupa nas sociedades. Se observarmos, por ser uma área de análise e estudo das ciências humanas (principalmente Antropologia e História<sup>9</sup>), a memória começa da existência do passado e do presente, ornando-se parte integrante de um espaço de conhecimento tanto de um só indivíduo como de uma coletividade.

Todavia, Le Goff (1990, p. 423) salienta que:

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos, em primeiro lugar, a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.

Ela principia da construção seletiva do passado; e quando é evocada por um grupo coletivo, mesmo que de forma indireta, também atinge cada sujeito que se insere no espaço social, familiar e nacional ao qual pertence.

Nessa linha de pensamento, a terminologia *memória* está relacionada, além das diversas áreas do conhecimento científico, também aos diferentes contextos relacionados ao que nos remete a memória e os lugares de memória. Dessa forma, os lugares de memória se caracterizam por um conceito relativo a um contexto referente à representação da identidade cultural.

Para Halbwachs (1990), são as relações sociais que possibilitam as lembranças a partir da existência de uma memória permanente. Ou seja, são as memórias do passado e do presente que atuarão em grupos sociais, propiciando a reconstrução do passado e permitindo, assim, a permanência da memória atuante naqueles que fazem parte de determinado grupo social. Logo, Santos (2007 apud HALBWACHS, 2001, p.84)<sup>10</sup> assevera que os

Variados grupos, sejam de que lutas se formem – étnicas, religiosas, culturais, por independência política, defesa de gênero – na memória um ponto de apoio e justificativa de suas ações. Lidam afetivamente com uma

---

<sup>9</sup> Para Le Goff (1990, p. 423), as ciências humanas, como Antropologia e História, ocupam-se mais com a memória coletiva do que com a memória individual.

<sup>10</sup> Remetemos o leitor para a apreciação de Márcia Pereira dos Santos, em SANTOS, Márcia Pereira dos. História e memória: desafios de uma relação teórica. **OP SIS**, v. 7, n. 9, jul./dez. 2007.

memória que irrompe, trazendo consigo o passado pleno de sentimentos e afetos.

Partindo desse viés, observamos, através de Maurice Halbwachs (1990), que toda memória se torna coletiva, consistindo em uma formação seletiva do indivíduo. Logo, a memória é o que forma a representação do passado do indivíduo social, relacionando-se a uma construção psíquica e intelectual quando este se insere no contexto de seu grupo social, familiar e nacional, determinando o que será parte da memória do indivíduo.

Sobre a perspectiva de Jaques Le Goff (1990), a memória coletiva se apresenta nas simbologias do documento e do monumento, através do contexto científico da história. Neste viés, o autor aponta para a sobrevivência não apenas:

Daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores (LE GOFF, 1990, p. 462).

Segundo Le Goff (1990), estes materiais que representam memória podem tanto apresentar-se através de monumentos, a exemplo da herança do passado, como também a partir do papel da escolha do historiador, com seus estudos, através dos documentos.

Podemos, então, perceber nos dois teóricos a importância da memória no âmbito da história e da coletividade dos grupos sociais e culturais, com base na contextualização de que a memória, tanto para Halbwachs (1990) quanto para Le Goff (1990), busca adentrar no espaço de formação dos grupos humanos.

É, portanto, a partir da apresentação do significado e da importância do campo da memória, baseada nos respectivos autores, que daremos ênfase à necessidade de trazeremos para o campo do ensino de história um pouco mais do discurso sobre o tema memória local do município de Alagoa Grande-PB.

Por outro lado, Pierre Nora (1985) discute a temática da memória a partir de um viés que nos aponta para a memória tomada como história. A história e a memória andam juntas, apesar da relação complexa entre ambas. E isso se torna possível pelo fato de que uma história sem memória possivelmente deixa aberta uma lacuna para aquilo que se quer guardar do patrimônio imaterial e material.

Neste viés, compreendemos, a partir de Nora (1981, p. 14), que “a necessidade de memória é uma necessidade de história”.

Ao buscarmos trabalhar no espaço da educação a partir do ensino de história, a memória e a construção social de uma determinada localidade se tornam foco das diversas dimensões concernentes à importância de se trabalhar esta temática, contribuindo, desse modo, para a educação, especialmente no campo do ensino de história.

Ao se fazer no presente, a memória se torna mantenedora das lembranças dos feitos e fatos históricos, constituindo, assim, a vivência e a cultura de um povo, inserindo-se por meio do patrimônio imaterial e também material de uma localidade. Ao mesmo tempo em que o patrimônio imaterial se torna a representação da presença da memória, relativamente dará vida ao patrimônio material de tal localidade.

Todavia, a complexidade de se pesquisar no âmbito da história e da memória requer cuidados quando estes espaços de ensino e de aprendizagem forem levados para o ambiente escolar e social. Esta complexidade parte da ideia de que a memória coletiva, ao ser evocada pela disciplina de história, propõe lembrar e exaltar apenas a memória dos grupos dominantes ou então que seja direcionando-se somente para o interesse político de grupos da elite detentora do poder político e econômico.

Esses fatores precisam ser minuciosamente estudados e expostos por aqueles que se comprometem a levar o conhecimento da história, da memória e do patrimônio de uma localidade para a sala de aula. Uma vez que o ensino do passado/presente se torna parte da educação no campo da história, há um amadurecimento da consciência do tempo para crianças e adolescentes, fazendo com que despertem a curiosidade de aprender sobre história e memória o mais cedo possível e passem a valorizar o que a história e a memória local têm para contribuir no crescimento social e cultural daquele lugar.

Logo, o tempo da história e da memória, tanto individual quanto coletiva, não está totalmente submetido ao contexto científico da psicologia e da linguística, mas, sim, da história com base na construção. Portanto, “o exame da temporalidade nestas duas ciências reforça o fato de que a oposição presente/passado não é um dado natural, mas sim uma construção” (LE GOFF, 1990, p. 09).

A memória local, quando constituída do espírito de exaltação aos seus fatos e feitos, contribui para preservar a identidade do povo local. Ao ser objeto de estudo, é observada a partir de sua função que, para nós, consiste em adentrar no campo do ensino de história, seja no espaço da memória coletiva ou individual, buscando definir e reforçar sentimentos de pertencimento dos grupos sociais construídos para manter no presente a identidade de pertença daquele grupo social e cultural. Nesse viés, concordamos com o pensamento de Pollak (1992, p. 204), pois:

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletivo, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

Tomemos como modelo as igrejas, os sindicatos, as aldeias, a família, entre outras instituições sociais, reprodutores dos valores concebidos pela memória que estas constroem. Ainda sobre este ponto de discussão concernente à memória coletiva, Michael Pollak (1992) nos expõe como referencial do passado a necessidade de “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum” (POLLAK, 1992, p. 07). Ou seja, são espaços em que a história e a memória geram um referencial, fazendo surgir sentimentos de pertencimento e de integralização do ser social.

Dessa forma, vale ressaltar que, ao tomar suas referências a partir do passado, os grupos sociais e instituições que integram uma sociedade fortalecem a coesão e solidificação do seu respectivo lugar nesta sociedade. Além disso, podem estabelecer a ordem quando da existência de oposições dentro de um grupo social em comum. Todavia, as duas funções essenciais da memória coletiva subjazem na manutenção da coesão interna e na defesa das fronteiras daquilo que um grupo possui em comum, a exemplo do seu território, conforme já citado anteriormente.

A importância de se trabalhar a temática na sala de aula remete-nos à história da cidade de Alagoa Grande, pois ela tem uma vasta história de formação social e cultural, que é rica e precisa tornar-se parte do conhecimento das crianças e dos jovens da cidade. A exemplo da memória de personagens pertencentes ao município e a construção de prédios históricos que até hoje marcaram a história da cidade, necessitando ser passada adiante.

Sendo assim, é através dessa rica formação sociocultural histórica que surgiu a necessidade de amadurecermos a ideia de levar para os alunos do Ensino Fundamental II da cidade de Alagoa Grande o propósito de se trabalhar a história e a memória deste município a partir da história de seu patrimônio histórico material e ao patrimônio imaterial nas figuras do artista Jackson do Pandeiro e da sindicalista Margarida Maria Alves.

A partir dessa visão, buscamos embasamento teórico na abordagem de Michael Pollak (1992, p. 09-10), ao salientar que:

Além de uma produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens, os rastros desse trabalho de enquadramento são os objetos materiais: monumentos, museus, bibliotecas etc.

Entretanto, temos consciência de que a memória de Alagoa Grande não está limitada a esses dois personagens já referidos. Uma vez que nomes como os de Osvaldo Trigueiro e Apolônio Zenaide, entre tantos outros homens e mulheres que constituíram a formação histórica, social e cultural de Alagoa Grande, são dignos de que sua história e memória sejam transmitidas para as novas gerações. Todavia, buscamos trabalhar com Jackson e Margarida pelo fato de eles terem se tornado parte de histórias nacionalmente conhecidas e ambos já possuem museus na cidade que guardam parte de suas histórias de vida.

A genialidade artística de Jackson e a história de luta social de Margarida culminaram para que decidíssemos adentrar no conhecimento da memória de ambos e, portanto, fazer com que os jovens alunos e alunas de Alagoa Grande tomassem conhecimento da história das personagens reais de sua cidade. Eles legaram uma enriquecedora história e memória patrimonial para a formação da identidade social e cultural dos jovens estudantes da cidade e, em especial, para o espaço escolar, ponto inicial que nos motivou a realizar este trabalho.

No entanto, devemos ter em mente que a formação da identidade está diretamente ligada aos elementos de memória e, conseqüentemente, é por meio das lembranças que podemos compreender a ocorrência desta formação da identidade. Logo, compreendemos que a identidade não é uma especificidade já pronta, um produto social já concluído. Pelo contrário, a identidade precisa ser construída e constantemente transformada.

Portanto, consideramos que a memória, assim como o nosso próximo objeto de trabalho, o patrimônio, não se reduz a algo imutável e repetitivo, mas, sim, traduz a possibilidade de fazer surgir reflexões sobre o passado através de sua representação no momento presente. Logo, a nossa perspectiva é de que a memória se torne objeto de conhecimento e de identidade cultural e social para a formação dos jovens estudantes do ensino de história, conseguindo, através deste objetivo, transmitir os seus valores culturais.

### **1.2.1. Definição de patrimônio e a importância da memória e do patrimônio material e imaterial local.**

Segundo definição mais conhecida pelo senso comum concernente ao patrimônio histórico, patrimônio é um bem material, natural ou imóvel que possui significado e importância artística, religiosa, cultural, documental ou estética para a sociedade, construído ou produzido pelas sociedades passadas. Em relação ao patrimônio imaterial, Castro & Fonseca (2008) asseveram que, a partir de 2003, a UNESCO o define como:

Práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (CASTRO & FONSECA, 2008, p. 11).

No Brasil, o conceito de patrimônio imaterial também segue uma função parecida com a citada acima, uma vez que o patrimônio imaterial se identifica com as relações sociais, políticas e econômicas capazes de criar uma representação da autenticidade de um povo. Logo, com base no Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000<sup>11</sup>:

Compreende o Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro como os saberes, os ofícios, as festas, os rituais, as expressões artísticas e lúdicas, que, integrados à vida dos diferentes grupos sociais, configuram-se como referências identitárias na visão dos próprios grupos que as praticam (CASTRO & FONSECA, 2008, p. 12).

---

<sup>11</sup> Ver, em Castro & Fonseca (2008, p. 16), a “Instituição do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), pelo Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000”.

É por meio de tais definições do que seja patrimônio que podemos ter noção da sua importância para a existência do bem histórico, seja material ou imaterial, a fim de conservar a representação do passado que contribuiu para a formação de um “lugar de memória” e, dessa forma, ligar esse patrimônio histórico às convivências humanas.

Outro aspecto a ser considerado seria a temporalidade e a identidade considerável para se eleger um imóvel histórico ao nível de patrimônio histórico. Sobre essa perspectiva, observamos a identidade que há por trás de um prédio antigo e, dependendo da história e das personagens de uma localidade que nele viveu, este mesmo imóvel virá a se tornar um espaço de memória e história para a formação da cultura e da identidade deste local.

Ainda seguindo a linha do conceito da UNESCO sobre patrimônio imaterial, existe uma prática cultural que é passada pelas gerações e recriada pelas comunidades e grupos humanos de diferentes ambientes geográficos e sociais. E, conforme a sua história vai se desenrolando, passam a gerar e promover o sentimento de identidade e de continuidade, propagando, desta feita, o respeito quanto à diversidade cultural e à criatividade humana.

Ao buscarmos a importância e a definição do que seja patrimônio a partir de Françoise Choay (2006), encontramos um esclarecimento relevante do que seja nosso objeto de estudo, e que segue o contexto da maior parte dos teóricos que pesquisamos. De acordo com Choay (2006), o patrimônio, antes definido pelos prédios que abrigavam reis, condes e marqueses, além dos utensílios pertencentes a esses sujeitos históricos, passou a ser definido pelos hábitos, crenças, modo de vida, usos e cotidiano dos segmentos sociais.

Outro ponto definido por Choay (2006) acerca do conceito de patrimônio histórico se encontra na categoria das edificações que, para o autor, podem representar e se relacionar com a vida de todos.

Desse modo, para falarmos de patrimônio, primeiro torna-se interessante se discutir o que é patrimônio, assim como temos a necessidade de também discutir a importância deste tema, passando, assim, a se compreender melhor a história de um lugar, como, por exemplo, o patrimônio imaterial e material de Alagoa Grande-PB.

Para François Hartog (2003), a definição de patrimônio nos remete a uma série do que seja a multiplicação do patrimônio a partir da Fundação do Patrimônio,

a qual reúne uma série classificatória do patrimônio. De acordo com Hartog (2003, p. 268):

O “patrimônio cultural protegido”, o “patrimônio cultural de proximidade” (este “tecido conjuntivo” do território nacional), o “patrimônio natural” (que compreende a “noção de paisagens”), o “patrimônio vivo” (as raças animais e espécies vegetais), o “patrimônio imaterial” (com os *savoir-faire* tradicionais, as tradições populares, o folclore).

Segundo Lemos (1982), o patrimônio pode ser vislumbrado a partir de três elementos. O primeiro seria o patrimônio natural ou do meio ambiente; o segundo consistiria das técnicas e do saber e o terceiro se refere aos artefatos. Neste sentido, o conceito de Lemos (1982) nos leva a refletir que uma cidade como Alagoa Grande possui um rico patrimônio natural, a exemplo da Lagoa do Paó e da zona rural do município, rica em cachoeiras, rios e árvores. Enfim, é a partir da classificação de Varine-Boham (LEMOS, 1982) sobre os recursos naturais que enfatizamos a dimensão da riqueza do patrimônio natural do município.

Vale ressaltar que, ao buscarmos dar ênfase ao patrimônio natural, pelo fato de que é através dele que se faz surgir o patrimônio material e imaterial aqui estudado. Logo, “o meio ambiente fornece-nos as árvores, suas frutas e sua madeira para as construções, para os barcos, para as carroças e para os dormentes de estradas de ferro” (LEMOS, 1982, p. 08). Portanto, podemos ter em mente uma múltipla relação entre o patrimônio tangível e intangível.

Partindo dessa premissa, observamos que Alagoa Grande se enquadra ricamente nas demais categorias exposta por Lemos (1982). O autor assevera que:

Segundo grupo de elementos refere-se ao conhecimento, às técnicas, ao saber e ao saber fazer. São os elementos tangíveis do Patrimônio Cultural. Compreende toda a capacidade de sobrevivência do homem no seu meio ambiente [...]. O terceiro grupo de elementos é o mais importante de todos porque reúne os chamados bens culturais que englobam toda sorte de coisas, objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e o do saber fazer (LEMOS, 1982, 09-10).

O saber-fazer nos expõe às inúmeras heranças de costumes e tradições do cotidiano indígena, quilombola e de diversas etnias. Estas se fundem através da comida típica indígena e africana; das danças folclóricas, como as o Grupo de Coco

de Roda e as Cirandeiros de Caiana dos Crioulos<sup>12</sup>; o fabrico de corda com agave, balaios de cipó e de painéis de barro fabricados por moradores da zona urbana e rural, vendidas até os dias de hoje na tradicional feira pública.

Recorrendo a Lemos (1982), nós nos conscientizamos da necessidade de valorização da memória cultural popular daqueles que por muito tempo ficaram à margem da história social e cultural, antes ocultados por causa da exaltação aos itens e bens da classe elitista e dominante. Logo:

Nos últimos dois séculos é que a arqueologia se esforça por recolher, identificar e estudar os restos e vestígios de povos já desaparecidos para tentar conhecê-los melhor no seu cotidiano prosaico, para vislumbrar seu pensamento, suas crenças, seus tabus (LEMOS, 1982, p. 22).

Atrelada à definição de patrimônio está a importância de se entender a história e a memória local por meio dos monumentos e documentos, uma vez que a construção e formação social de um povo também ocorrem por meio da relevância que uma localidade deposita na memória e no patrimônio representados nas fontes históricas concebidas nestes objetos de estudo. Françoise Choay (2006) expõe o acontecimento da Revolução Francesa como sendo a origem para a conservação dos monumentos históricos na França, através das pesquisas nos arquivos e documentos oficiais, apesar da obra de proteção do patrimônio francês continuar desconhecida.

Contudo, a França voltou seu olhar para o seu patrimônio, concedendo maior prioridade à história e à memória do país através dos monumentos e documentos deixados pela herança deste marco histórico. A Revolução Industrial, marco da propagação do sistema capitalista predominante, também deu relevância à preservação do monumento histórico. Segundo Choay (2006, p. 139), “a Inglaterra, apesar de ser o berço da Revolução Industrial, mantém-se mais ligada a suas tradições, mais voltada para ao passado: a ideia de *revival*, que não se aclimata na França, inspira aí um movimento florescente”.

---

<sup>12</sup> “Grupo de Ciranda e Coco de Roda de Caiana dos Crioulos, composto por pouco mais de vinte pessoas. Algumas tradições e práticas culturais, como a própria arte de dançar a ciranda e o coco, estão sendo sutilmente reinventadas naquela comunidade.”  
Fonte: <<http://revistablecaute.com.br/wordpress/wpcontent/uploads/2009/12/ENSAIOAs%E2%80%99CCirandeiros%E2%80%99D-de-Caiana-dos-Crioulos-e-a-Arte-de-Reinventar-a-Vida-Janilson-Mac%C3%AAdo-Luiz.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2014.

No entanto, o que ocorre em nome do progresso e do desenvolvimento econômico é a revalorização do patrimônio imaterial e, principalmente, o patrimônio material do país voltada para a lógica capitalista do mercado, notabilizando mais uma preocupação econômica em propagar a valorização do patrimônio histórico. Por outro lado, se observarmos, nas linhas de Choay (2006), quando discute sobre o patrimônio urbano, os franceses são exemplos da necessidade do progresso que existe em maior parte das civilizações atuais:

Em Paris, aprovamos de todo o coração as novas ruas da Cité, mas sem admitir a necessidade absoluta de destruir o que restava das antigas igrejas de Saint-Landry e de Saint-Pierre-aux-Boeufs, cujos nomes se relacionam aos primeiros dias da história da capital (CHOAY, 2006, p. 177).

Além do mais, há a questão quanto ao turismo cultural, de maior frequência em cidades que possuem patrimônio humano. Conforme evidencia Choay (2006, p. 172), ele é exercido por associações privadas, cuja crítica de alguns estudiosos recai sobre as visitas demasiadas de turistas a localidades que requerem conservação, como as pirâmides do Egito. Aliás, aqui no Nordeste, este fato também vem se propagando, principalmente nas cidades interioranas da região, onde o patrimônio material e imaterial se torna um ponto turístico a ser conhecido e explorado.

Por outro lado, Choay (2006) salienta que quando a representatividade do patrimônio é considerada importante para manter a identidade nacional, em muitos países são realizadas algumas políticas de preservação, as quais tendem a evitar que a especulação imobiliária acabe com as estruturas consideradas históricas em sentido estrito.

Sendo assim, salientamos que nosso intuito neste trabalho não é fortalecer uma visão negativa a respeito do patrimônio histórico como atrativo turístico, e, sim, voltarmos um pouco do nosso olhar para a importância de se trazer para o campo do ensino de história o valor do patrimônio material e imaterial na aprendizagem de alunos e alunas, fazendo com que estes agentes de identidades passem a absorver a importância da história e a memória de seu município.

Quando a população e a administração<sup>13</sup> da cidade de Alagoa Grande despertaram para a conservação do seu patrimônio tangível e intangível na última

---

<sup>13</sup> Referente à Prefeitura Municipal de Alagoa Grande-PB.

década, tanto a memória de Jackson do Pandeiro quanto a de Margarida Maria Alves foi colocada à exposição do público e enaltecida através da criação de museus com os seus respectivos objetos pessoais, representantes da memória desses sujeitos históricos. Assim, ambos se transformaram em ponto de visita de turistas e estudantes de outras cidades paraibanas, bem como de fora do Estado.

Sobre esta perspectiva, vemos então a importância da memória e do patrimônio imaterial veiculado por Jackson do Pandeiro e Margarida Maria Alves. Desse modo, mais uma vez, enfatizamos a necessidade desses sujeitos históricos, tanto para se compreender o lugar como também a construção identitária e a formação cultural das pessoas a partir da sua memória e da compreensão do povo local sobre Jackson e Margarida.

Da mesma forma, o centro histórico de Alagoa Grande<sup>14</sup>, ao ser tombado pelo IPHAEP (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba), ganhou visão no espaço concernente à preservação e à apreciação de admiradores do patrimônio histórico.

No entanto, apesar de muito empenho para se reerguer a história do município através da sua história e memória, há uma lacuna entre o ensino do patrimônio e da memória de Alagoa Grande e o ambiente da sala de aula do ensino fundamental. A importância conferida à preservação do patrimônio no âmbito da pesquisa sobre o tema possui diversos sentidos, que se estabelecem de acordo com a definição de cada autor.

Com um olhar mais crítico do que seja patrimônio e sua importância, Costa & Castro (2008) analisam o processo que a memória vem passando desde que esta foi alterada a partir das novas interpretações do homem em relação ao passado. Este processo “desconfiguração da memória” acaba sendo influenciadas pelas interferências que a tecnologia contemporânea, saturada por imagens e informações da mídia, a cada dia fazem surgir ainda mais, há uma brusca aceleração na temporalidade dos acontecimentos, o que acaba afetando a rapidez com que o presente vai se tornando passado.

Nesta perspectiva, esta antecipação temporal nos dá “a sensação de um presente cada vez mais efêmero, resultando em uma busca ansiosa por reter e preservar o passado” (COSTA & CASTRO, 2008, p. 126).

---

<sup>14</sup> Conforme a Administração da cidade, o tombamento do centro histórico de forma oficial se deu no ano de 2002. O projeto é de 1999, e o diretor do IPHAEP, nesta ocasião, era Itapuã Boto Targino.

Todavia, Costa & Castro (2008) também expõem uma definição de patrimônio imaterial por um viés mais ligado às tramas de poder que se escondem por trás da preservação do patrimônio e da memória. Comumente, também achamos que seria cabível a inclusão do patrimônio material nesta definição, uma vez que estes autores não citam o patrimônio material como um dos eixos de trabalho. Dessa forma, a nosso ver, observamos que o patrimônio imaterial também pode se encaixar nesta colocação. Recorrendo a Chagas (2005), Costa & Castro (2008) salientam a impossibilidade de “[...] separar a memória e a preservação do exercício do poder. Onde estas ações estão presentes, ali também está presente o poder” (COSTA & CASTRO, 2008, p 126).

Portanto, buscamos abordar no quesito patrimônio as atribuições e as definições de alguns teóricos pesquisados, objetivando expor a necessidade de levar ao conhecimento dos alunos do ensino fundamental, em especial da Escola Padre Hildom Bandeira<sup>15</sup>, nosso lócus de pesquisa, a conscientização de aprender sobre memória e patrimônio material e imaterial, a fim de propagar a valorização da história de Alagoa Grande-PB entre a comunidade e os jovens estudantes do município.

Por fim, recorreremos a Nora (1981) para enfatizar que é a partir dos “lugares de memória” que se emerge a memória coletiva de grupos sociais que se identificam com o passado em comum, fazendo com que um determinado grupo desenvolva o sentimento de pertencimento daquele lugar. O patrimônio material e imaterial reproduzem a memória e a história de uma localidade.

---

<sup>15</sup> Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Padre Hildom Bandeira, situada na cidade de Alagoa Grande-PB. Para maiores informações, consultar Freire (1996, p. 86-87).

## **CAPÍTULO II**

### **ENSINANDO HISTÓRIA NO FUNDAMENTAL: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO NA ABORDAGEM DA HISTÓRIA LOCAL**

*“Lagoa do Paó do passado, Lagoa Grande de ontem, Alagoa Grande de hoje...” José Avelar Freire, 1996.*

## 2.1. Abordagem histórica do patrimônio de Alagoa Grande-PB

O município de Alagoa Grande conta com um rico patrimônio material e imaterial que, ao longo de sua existência, tem conquistado cada vez mais a atenção dos seus filhos naturais, seus admiradores e aqueles que se dispõem a estudar e a pesquisar sobre seus fatos e feitos históricos.

Conforme a Gazeta do Paó<sup>16</sup>, o referido município está localizado no Brejo paraibano, situado em uma região intermediária entre as zonas do Brejo e da Caatinga litorânea, na encosta da Serra da Borborema. De clima quente e úmido, tem uma cobertura vegetal de Mata Atlântica. Pertenceu ao município de Mamanguape, depois passou a constituir o distrito de Areia, quando se tornou independente como cidade. Possui uma população aproximada de 28.482 habitantes (IBGE, 2010).

De acordo com José Avelar Freire<sup>17</sup>, escritor e autor de duas obras sobre a história política, social e econômica do município, Alagoa Grande passou a ser distrito de Areia (cidade onde nasceu José Américo de Almeida, político e romancista, autor de *A Bagaceira*) já com o nome de Lagoa Grande, mediante a Lei Provincial nº 5, de 9 de junho de 1847. Foi elevada à categoria de vila com a denominação de Alagoa Grande a partir da Lei Provincial nº 129, de 29 de outubro de 1964, cuja instalação aconteceu em 26 de julho de 1865. Criou-se o município quando ocorreu o desmembramento da cidade de Areia.

Existe uma contestação em relação ao ano de emancipação política de Alagoa Grande, que perdurou por alguns anos. Esta se dissipou graças às pesquisas de historiadores como o professor José Avelar Freire que, juntamente com outros interessados na questão, dedicaram-se a investigar com mais afinco a época de fundação do município.

Alagoa Grande se originou nas terras conhecidas pela denominação de “Sertão do Paó”, nas afluentes do Rio Mamanguape, local que serviu de habitação para os índios Cariri, encontrados ali ainda no século XVIII. A história do município

---

<sup>16</sup> A Gazeta do Paó foi fundada em 1984 por Maria de Lourdes de Araújo, em Alagoa Grande-PB. Tendo circulação mensal, produziu apenas 07 exemplares avulsos, de março a outubro do referido ano. Disponível em: <<http://ihgp.net/jornaisantigos4.htm>>. Acesso em 18 jul. 2014.

<sup>17</sup> José Avelar Freire é um historiador alagoa-grandense, autor dos livros *Alagoa Grande: Aspectos Econômicos e Fatos Outros de sua História*, de 1996, e *Alagoa Grande: sua História de 1625 a 2000*, de 2006. É também um de nossos entrevistados.

tem início desde 1625, com a penetração do general holandês Helias Herkmam (quando houve a penetração dos holandeses no Brasil devido à invasão em Portugal).

A invasão deste território ocorreu através das entradas existentes pelo litoral, ou até mesmo pelo sertão, antes da referida data. Em 1660, já havia instalações das primeiras casas e fazendas na margem da Lagoa do Paó. Porém, o território se consolidou como terras de moradia quando Domingos da Rocha, o alferes Isidoro Pereira Jardim, o padre Luís Quaresma Dourado, Martinho Gomes e Agostinho de Jesus conseguiram consentimento destas terras em 1719 e 1767 e passaram a desenvolver o cultivo da terra e a criação de gado. De acordo com o IBGE<sup>18</sup>, Domingos da Rocha e Isidoro Pereira Jardim foram considerados os fundadores do município.

As referidas datas de emancipação da cidade de Alagoa Grande foram, por muitos anos, motivo debates e discórdia entre historiadores e pesquisadores da história da cidade. De acordo com Avelar Freire (1996), um de nossos entrevistados, ao passar de distrito para vila e ocorrer a criação do município, que já se desmembrara de Areia, Alagoa Grande alcançava, desse modo, a sua independência. Portanto, Alagoa Grande já possuía os requisitos necessários para se tornar uma cidade independente em 1865. Como distrito, surgirá no ano de 1861, sendo a padroeira Nossa Senhora da Boa Viagem.

Em si, essa elevação categórica já determinava a emancipação e logo passou a ser administrada por uma Câmara Municipal que, na época do período imperial, exercia as funções executivas, pois o cargo de prefeito só surgiria no Estado da Paraíba com a instalação da República, em 1889. Desse modo, Alagoa Grande passou a comemorar sua emancipação política em nova data. Antes era comemorada em 27 de março de 1908, data outrora reconhecida também pelo município de Areia.

Avelar Freire (1996) relata que a certeza desta nova data de emancipação, 26 de julho de 1865, confirmou-se durante uma conferência realizada no Teatro Santa Ignês em 1949, ocasião na qual Celso Mariz<sup>19</sup> afirmou que, em 1904, Alagoa Grande

---

<sup>18</sup> Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/paraiba/alagoagrande.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2014.

<sup>19</sup> Celso Mariz iniciou sua carreira de jornalista como redator do jornal O Comércio, ao lado de Arthur Achilles, atuando também como colaborador do jornal A União. Ao longo de sua vida, também fez

já possuía prefeito, na figura do comerciante Alexandre Cabral de Vasconcelos, sendo este o primeiro prefeito do município.

Alagoa Grande também passou por um processo de mudança de nomenclatura, que sempre estava relacionado às suas terras de origem. Recorrendo a José Avelar Freire (1996), o senhor José Guimarães Guedes<sup>20</sup> pontua que o referido município teve como primeiro nome Sertão do Paó. A partir daí, origina-se o termo Paó, sendo dividido em sete conjecturas que dizem o significado do topônimo Paó.

Porém, o que mais se ajusta a Alagoa Grande é que, na língua tupi, registra-se *lpa óó*, que significa grande massa d'água encorpada e parada, originando o nome Lagoa do Paó. Outra conjectura também explicada por Freire (1996), recorrendo a Heretiano Zenaide<sup>21</sup>, sustenta que, no tupi, a palavra Paó se decompõe nos vocábulos *Pab* - verbo acabar, terminar; e *obi* - folha seca ou *ib* - verde. Logo, na linguagem indígena, seria a transição da vegetação verde, cujas folhas não caem, e da vegetação cujas folhas são caducas, ou caem. Então, esses fenômenos da natureza foram utilizados como uma conjectura para explicar o significado da origem da palavra Paó.

Alagoa Grande possui um vasto patrimônio cultural que, desde muitas décadas, vem sobrevivendo às mudanças dos costumes e das resistências culturais da modernidade. Por estar situado em uma região de inverno com poucas chuvas, mas de clima frio no período de julho a agosto, o município passou a integrar, desde o ano de 2006, o Festival Caminhos do Frio. Este festival se caracteriza pela apresentação de vários gêneros de dança, apresentação de saraus, poesias, amostra de cinema e peças teatrais, além da apresentação de artistas locais e nacionais.

---

parte dos quadros de jornalistas de diversos outros jornais, a exemplo do jornal O Norte, A Notícia, dentre outros.

<sup>20</sup> José Guimarães Guedes é autor dos livros *Alagoa Grande: Aspectos econômicos e Fatos Outros da sua História*, 1996; *Fragmentos Temáticos de Alagoa Grande 1960-2010*, de 2012, e um de nossos entrevistados.

<sup>21</sup> Remetemos o leitor para a apreciação de Freire (1996, p. 61).



Figura 01: Atracção cultural do Festival Caminhos do Frio  
Fonte: [alagoagrande1agora.blogspot](http://alagoagrande1agora.blogspot). Acesso em 24/07/2014

Muitos artistas pertencem à cidade, e o Teatro Santa Ignez é uma das principais atrações durante o Festival. O público do festival é composto por turistas, moradores de cidades vizinhas, estudantes, adultos e crianças que, graças ao evento, passaram pelo município e aprenderam a apreciar a cultura artística local e do Nordeste. Além de Alagoa Grande, cidades circunvizinhas, como Bananeiras, Solânea, Borborema, Serraria, Pilões, Areia e Alagoa Nova, compõem a rota de realização do Festival Caminhos do Frio.

Outro evento cultural que movimenta a cultura da cidade diz respeito ao Festival Gastronômico, onde é realizada uma amostra de pratos típicos, dentre os quais se destacam como principais a cachaça e a rapadura. Portanto, são eventos culturais que passaram a enriquecer a cidade, aproximando o povo da cultura local. A população tem a oportunidade de conhecer e prestigiar seus artistas locais, além de conscientizar-se que a comunidade também é capaz de produzir e valorizar a cultura. Sendo assim, Alagoa Grande tem um grande potencial turístico. Podem ser economicamente explorados tanto o turismo histórico quanto o turismo rural e ecológico.



Figura 02: Momentos do Festival de Gastronomia.  
Fonte: Blog do Rildo. Acesso em 24/07/2014

Ademais, as visitas aos museus de Jackson do Pandeiro e Margarida Maria Alves, e também à casa Oswaldo Trigueiro de Albuquerque<sup>22</sup>, por pessoas de Alagoa Grande e de outras cidades, contribuem igualmente para valorizar, por parte da população, seu patrimônio material e imaterial quando da realização de um evento tão importante para as cidades que o promovem.



Figura 03: Museu "Casa Margarida Maria Alves".  
Fonte: Acervo da Fundação Margarida Maria Alves. Acesso: 24/07/2014

<sup>22</sup> Para maiores informações sobre Oswaldo Trigueiro de Albuquerque, consultar Freire (2006, p. 86-105).



Figura 04: Memorial Jackson do Pandeiro e seus pertences.  
Fonte: Blog do Rildo. Acesso: 24/07/2014

Outro aspecto do patrimônio imaterial do município refere-se à cultura do algodão e da cana-de-açúcar que, por muitos anos, foram matéria-prima para manter o auge da economia açucareira e algodoeira de Alagoa Grande. No início do século, o referido município já tinha se tornado produtor de algodão e rapadura, exportando para a capital do Estado. E, graças à chegada da linha férrea, outro patrimônio histórico da cidade, passou-se a fazer transporte via trem, que fazia linhas em outras cidades vizinhas, como Mulungu, Guarabira e Campina Grande.



Figura 5: Embarque e desembarque do trem, em Alagoa Grande.  
Fonte: Acervo Jonatas Rodrigues. Acesso: 24/07/2014

Foi um período de grandes conquistas sociais, econômicas e políticas quando da chegada da linha férrea para o município. Foi uma fase de grandes conquistas econômicas e culturais para a história de Alagoa Grande na primeira década do século XX (FREIRE, 2006). A produção algodoeira foi se desenvolvendo com grande rapidez. Em 1918, instalou-se na Rua Buenos Aires, atual Rua João Pessoa, a primeira indústria de beneficiamento do algodão herbáceo do Brejo paraibano, a WHARTON PEDROSA, cuja matriz era em Natal-RN, trazendo para Alagoa Grande os mais modernos processos daquela época.

Ademais, as visitas aos museus de Jackson do Pandeiro e Margarida Maria Alves, e também à casa Oswaldo Trigueiro de Albuquerque<sup>23</sup>, por pessoas de Alagoa Grande e de outras cidades, contribuem igualmente para valorizar, por parte da população, seu patrimônio material e imaterial quando da realização de um evento tão importante para as cidades que o promovem.

Outro aspecto do patrimônio imaterial do município refere-se à cultura do algodão e da cana-de-açúcar que, por muitos anos, foram matéria-prima para manter o auge da economia açucareira e algodoeira de Alagoa Grande. No início do século, o referido município já tinha se tornado produtor de algodão e rapadura, exportando para a capital do Estado. E, graças à chegada da linha férrea, outro patrimônio histórico da cidade, passou-se a fazer transporte via trem, que fazia linhas em outras cidades vizinhas, como Mulungu, Guarabira e Campina Grande.

Foi um período de grandes conquistas sociais, econômicas e políticas quando da chegada da linha férrea para o município. Foi uma fase de grandes conquistas econômicas e culturais para a história de Alagoa Grande na primeira década do século XX (FREIRE, 2006). A produção algodoeira foi se desenvolvendo com grande rapidez. O cultivo do algodão, do agave e da cana-de-açúcar impulsionou o desenvolvimento sociocultural e econômico na história de Alagoa Grande. Foi um processo que teve início na década de 1910, perdurando até a década de 1940. Segundo relata Avelar (1996), na obra *ALAGOA GRANDE: Aspectos Econômicos e Fatos Outros da sua História*, em 1916, criava-se na cidade a Sociedade de Agricultura e Comércio, a instalação da Warthon Pedrosa.

---

<sup>23</sup> Para maiores informações sobre Oswaldo Trigueiro de Albuquerque, consultar Freire (2006, p. 86-105).

Todavia, de acordo com o Portal da Câmara Municipal de Alagoa Grande<sup>24</sup>, a cidade se estagnou economicamente ao longo da segunda metade do século XX, com o decréscimo da população, principalmente por consequência do êxodo para as grandes cidades.

A construção do ex-colégio de freiras Nossa Senhora do Rosário se deu através de doações da população entre 1918 e 1919, sob os cuidados do vigário natural da cidade, Francisco Peregrino de Albuquerque Montenegro. A instituição manteve-se em atividade até 1968, sob a direção das irmãs Doroteia, freiras que tiveram grande importância para a existência do Colégio do Rosário, em Alagoa Grande.



Figura 6: Antigo Colégio do Rosário.  
Fonte: Arquivo pessoal.

Segundo Segundo Avelar Freire (1996, p 84-85), três freiras da “Ordem das Doroteias”<sup>25</sup> vinham de Olinda-PE para a cidade de Bananeiras-PB de trem. Porém, em Camarazal (atual Mulungu), foi necessário que os passageiros fizessem a troca de trem. No entanto, as três freiras entraram no trem com destino a Alagoa Grande.

Lá chegando, as três freiras foram instaladas na residência de uma fiel católica pelo padre Firmino Cavalcante de Albuquerque. Logo, o Padre Firmino notificou a sede provincial das Irmãs Doroteia de Olinda que as três freiras não

<sup>24</sup> Disponível em: <<http://www.camaraalagoagrande.pb.gov.br/p/historico.htm>>. Acesso em: 18 jul. 2014.

<sup>25</sup> “A história da Instituição das Irmãs Doroteias é de suma importância para a história da educação brasileira, especialmente para a instrução feminina, sendo esta ordem uma das primeiras voltadas a esta finalidade no Brasil, instalando-se no país em 1866, antes mesmo de chegar a Portugal. Esta instituição pedagógica tem sua origem nas Irmãs de Santa Doroteia, de cuja ordem a Beata Paula Frassinetti, a fundadora da instituição, fazia parte”. (OLIVEIRA, 2014, p. 24).

voltariam para o seu destino original, que era Bananeiras, pois se necessitava delas para a construção de um Colégio de Freiras na cidade de Alagoa Grande.

Este aprofundamento que demos à história do Colégio do Rosário deve-se à importância que o prédio do antigo Colégio Nossa Senhora do Rosário tem para a constituição do patrimônio histórico, tanto material quanto imaterial, de Alagoa Grande.

Em seu centro urbano, ainda existem casarões que hoje testemunham o período de grandeza econômica do município e que foram construídos por escravos. Alguns desses casarões, que aparecem em frente à praça central e à matriz centenária da cidade, são cobertos por azulejos importados de Portugal no século XIX. A seguir, imagens dos casarões do centro histórico de Alagoa Grande:



Figura 7: No meio, o casarão de azulejo português  
Fonte: Acervo Egberto Araújo. Acesso: 24/07/2014

Segundo depoimento do senhor José Guimarães Guedes dado a esta autora, o centro histórico de Alagoa Grande tem os seguintes limites: “o nosso centro histórico começa com uma linha na Lagoa, que sai pelo Posto de Gasolina e adentra a Vital de Negreiros” (informação verbal<sup>26</sup>). Desta rua, ele toma direção para o lado direito da Rua Ernesto Cavalcante.

<sup>26</sup> GUEDES, José Guimarães, 2014. **Depoimento semiestruturado**. Transcrição de depoimento sobre o patrimônio histórico do município de Alagoa Grande-PB. p.03, 02 de março de 2014. Depoimento concedido a Cristiane do Nascimento Paz da Silva.

Da primeira rua para a esquerda, a linha sobe em direção do antigo Colégio Nossa do Rosário, que depois passou a ser denominado Instituto Desembargador Severino Montenegro. Em frente ao antigo Colégio do Rosário, havia uma creche, que se chamava Creche Maria Peregrina de Albuquerque Montenegro.

O Centro Histórico vai seguindo a Rua Dom Pedro II e desce a Rua Santos Dumont. E, por esta rua, ele segue por trás do Mercado Público. Junto com a linha histórica, o Centro Histórico segue também pela Feira Pública em busca da rua que se chama George Kaspar Deininger<sup>27</sup>.



Figura 8: Casarões da Rua Dom Pedro II  
Fonte: Acervo Pessoal

De acordo com as informações concedidas pelo senhor José Guimarães Guedes,

A linha do patrimônio histórico segue na Rua Pedro II, onde se localiza o Teatro Santa Ignez, tombado com as casas, os casarões e o antigo Colégio do Rosário. E a Igreja Nossa Senhora da Boa Viagem, uma construção de 1868. Subindo de frente à Igreja é a Rua Padre Luís, a casa que hoje é propriedade de Marcos Alves. E descendo é a Rua Getúlio Vargas (informação verbal<sup>28</sup>).

“Do outro lado, é a Rua Apolônio Zenaide, onde começa na parte de cima da praça e onde se localiza o casarão da esquina e descendo tem uma série de casas tombadas” (informação verbal<sup>29</sup>).

<sup>27</sup> Consultar Freire (1996, p. 126-127).

<sup>28</sup> Id., 03.

<sup>29</sup> GUEDES, José Guimarães, 2014. **Depoimento semiestruturado**. Transcrição de depoimento sobre o patrimônio histórico do município de Alagoa Grande-PB. p. 04, 02 de março de 2014. Depoimento concedido a Cristiane do Nascimento Paz da Silva.



Figura 9: Casarões da Rua Apolônio Zenaide  
Fonte: Acervo pessoal

Em seu depoimento, nosso colaborador nos relatou que:

Houve um morador chamado Duca Chaves, que chegou a ser multado pelo IPHAEP (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba) porque modificou a estrutura da casa. A casa tinha duas janelas e uma porta de madeira e trocou porta de rolo. O fato de o Patrimônio Histórico não ter uma sucursal aqui na cidade, uma seccional, leva para que muitas mutilações aconteçam (informação verbal<sup>30</sup>).

No município também se localiza a comunidade quilombola de Caiana dos Crioulos<sup>31</sup>, herança dos negros que contribuíram para o crescimento econômico e cultural da cidade. É em Caiana dos Crioulos que permanecem as tradições e culturas afrodescendentes, como os grupos de ciranda, coco de roda e outras manifestações artísticas locais.

<sup>30</sup> Id., p. 04.

<sup>31</sup> Remetemos o leitor para a apreciação de Freire (1996, p. 101-103). Caiana dos Crioulos é uma comunidade localizada na zona rural do município de Alagoa Grande, Brejo da Paraíba. Constituída principalmente por pessoas negras, em junho de 2005, “Caiana” foi certificada, pela Fundação Cultural Palmares (FCP), como uma comunidade remanescente dos antigos quilombos da época da escravidão. Disponível em: <[http://revistablecaute.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2009/12/ENSAIOAs%E2%80%9CCiran deiras%E2%80%9D-de-Caiana-dos-Crioulos-e-a-Arte-de-Reinventar-a-Vida-JanailsonMac%C3%A4do-Luiz.pdf](http://revistablecaute.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2009/12/ENSAIOAs%E2%80%9CCiran%20deiras%E2%80%9D-de-Caiana-dos-Crioulos-e-a-Arte-de-Reinventar-a-Vida-JanailsonMac%C3%A4do-Luiz.pdf)>. Acesso em: 18 jul. 2014.



Figura 10: Cirandeiros de Caiana  
Fonte: Bibiu do Jatobá. Acesso: 24/07/2014

## **2.2. Margarida Maria Alves e Jackson do Pandeiro: patrimônio imaterial de Alagoa Grande.**

Neste ponto do nosso trabalho buscamos enfatizar a figura do cantor e compositor Jackson do Pandeiro e da líder sindicalista Margarida Maria Alves, trabalhando a memória destes sujeitos históricos e suas ações sociais como patrimônio imaterial. Assim sendo o estudo presente nos permitiu compreender a importância do trato com o patrimônio e a memória a partir de valores locais, vislumbrados nesta pesquisa através das personagens de Jackson e Margarida, sujeitos que ficaram marcados na história sociocultural de Alagoa Grande. Neste sentido, enfatizamos mais uma vez a importância desses indivíduos históricos tanto para se compreender o lugar de memória, como também para a construção identitária e a formação cultural das pessoas a partir da memória e da compreensão do povo local sobre quem foi Jackson do Pandeiro e quem foi Margarida Maria Alves.

Destarte, este projeto de pesquisa nos dá a possibilidade de compreender o quanto é importante o trato com o patrimônio e a memória, baseando-se a partir de valores locais, norteados nessa análise através da biografia de Jackson e Margarida, no sentido de mostrar o potencial educacional de suas histórias de vida e

participações sociais no contexto da história da cidade, além do valor histórico na formação do município, contribuindo, deste modo, para o ensino de História.

### **2.2.1. Um breve histórico sobre a genialidade cultural e artística de Jacson do Pandeiro.**

Filho de José Gomes, que trabalhava como carroceiro, e de Flora Mourão, zabumbeira, Jackson do Pandeiro vem ao mundo 31 de agosto de 1919, recebendo no batismo o nome de José Gomes Filho (Fonte: A União, 2012). Da mãe recebeu as primeiras influências artísticas de sua vida. Jack, como era conhecido quando criança, muitas vezes cantou e tocou junto com sua mãe nas incelenças dos velórios da zona rural, nos cocos de roda e no coro da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem.

Aos 12 anos já tocava pandeiro, sem auxílio de um professor, aprendeu a executar esse instrumento por intuição. Ainda era menino quando seu pai morreu, e aos 11 anos foi morar na cidade de Campina Grande com a mãe Flora Mourão por necessidade. Em Campina começou a trabalhar em uma padaria, enquanto sua mãe passava roupas para fora. Nas feiras de Campina Grande vendo os cegos pedintes tocar esse instrumento se sentiu mais ainda estimulado a excuta-lo. Logo depois de já saber executar esse instrumento de forma exímia começou a tocar no Cassino El Dourado em Campina Grande.

Como ainda era menor de idade, Carminha Vilar, locatária do Cassino, fez um acordo com os policiais para que Jackson continuasse tocando apenas no espaço destinado as apresentações musicais daquele ambiente, sem que frequentasse o lado que ficava o cabaré. Aos 26 anos vai para João Pessoa, onde ingressa na Rádio Tabajara e depois na Orquestra Tabajara. De João Pessoa foi para Recife-PE tocar na Orquestra Paraiguara, onde já havia um bom pandeirista. Inicialmente começa tocando outros instrumentos como violão, agogô, bongô e bateria, assumindo o lugar de panderista mais tarde. Nesse ambiente conheci sua esposa Almira Castilho, artista e professora de português com quem Jackson aprendeu a ler e a escrever com 35 anos de idade.

Segundo o depoimento do senhor José Avelar Freire (2014):

“Jackson foi ‘cabareseiro’; ele gostava e tocava nos cabarés e gostava daquele ambiente que era de beber de bater papo com turma e com as farras nos cabarés. E ele se identificava muito com esse ambiente. Ele tocava até as madrugadas e como ele nunca soube ganhar dinheiro e tocava de graça, ganhando um trocado ou qualquer coisa. E depois ele passou a tocar em Campina Grande na rádio Borborema, no forró de Zé Lagoa.”

Casando com Almira, seguem viagem para o Rio de Janeiro onde já era prestigiado pela imprensa. Assim chegando nessa cidade seu sucesso nas emissoras cariocas foi imediato, pois ele havia gravado as músicas *Sebastiana* e *Forró do Limoeiro* em Recife, todavia *Sebastiana* “estoura” mesmo no Rio de Janeiro. A música foi gravada por um grande sambista carioca, porém as pessoas preferiam o ritmo da música cantada por Jackson por ter raízes rítmicas do Nordeste.

Ao voltar para Recife Jackson se decepciona ao presenciar um senhor da elite recifense desrespeitando, sua mulher, Almira, em uma festa promovida pela Rádio Jornal Comércio do Recife, onde trabalhou antes de ir para o Rio de Janeiro. Diante do ocorrido e frustrado, sobretudo por não ter tido o apoio da Rádio Jackson decide voltar para o Rio de Janeiro e acaba por compor uma música em homenagem a cidade: “o Rio de Janeiro não me sai do pensamento”.

Depois disso, de acordo com Freire (1996), Jackson foi convidado a se apresentar em Alagoa Grande no ano de 1946 quando teve a oportunidade de mostrar o seus dons musicais em uma festa junina realizada por João Nóbrega Montenegro, em um pavilhão construído, em frente ao Teatro Santa Ignez, especialmente para esse evento.

Jackson do Pandeiro morreu no dia 11 de julho de 1982 devido a problemas pulmonares. Em sua agenda ainda tinha viagens marcadas para fazer shows na Europa. Mesmo assim durante sua vida artística, não ficou rico, precisando trabalhar até o final da sua vida. Jackson enquanto autodidata deixou um legado indelével para a música brasileira. Conseguindo combinar diversos ritmos criados ao som do pandeiro, ele deu uma nova roupagem a música brasileira mesclando baião, coco e xaxado, e outros ritmos da musicalidade nordestina ganhando a admiração de muitos artistas brasileiros como Lenine, Gal Costa, João Gilberto, Geraldo Azevedo, Biliu de Campina, o cantor Fuba, Clã Brasil, Lenine, Zeca Baleiro, entre muitos outros. (Fonte: A União, 2012).

Muitos artistas nacionais foram influenciados pela musicalidade de Jackson do Pandeiro, como Gilberto Gil que regravou a musica “Chiclete com banana” exaltando a sua genialidade. Outra cantora Elba Ramalho que seguiu os passos artísticos de Jackson foi Elba Ramalho como nos atesta José Avelar Freire (1996). E para fazer justiça ao dom musical desse personagem, a administração de Alagoa Grande se empenhou para que fosse instalado o Memorial Jackson do Pandeiro, em um dos prédios do Centro Histórico, de frente à Praça Dom Adauto. Esse museu foi inaugurado no ano de 2008, objetivando salvaguardar a memória do rei do ritmo, acomodando assim em suas dependências seus pertences pessoais, discos, violão, restos mortais e as roupas usadas durante as apresentações com seu grupo musical e sua mulher Almira. Além de receber essa homenagem em sua terra natal, foi construída uma estátua em homenagem a esse artista na Praça em frente ao Açude Velho de Campina Grande, juntamente com outra erigida em homenagem ao Rei do Baião, Luís Gonzaga. Dessa forma, e por tudo o que produziu, Jackson acabou por ser imortalizado no panteão dos músicos nordestinos e brasileiros.

Suas musicas mais conhecidas e criadas em parceria com outros artistas foram: Forró de Limoeiro; Um a um (tema da copa de 1954) com Edgar Ferreira; Chiclete com Banana, com Almira Castilho e Gordurinha em 1959; Cabo Tenório, com Rosil Cavalcanti; Como tem Zé na Paraíba com Catulo de Paula e Manezinho Araújo em 1962; Cantiga do sapo, de Buco do Pandeiro e Jackson do Pandeiro em 1959; Xote de Copacabana, de Jackson do Pandeiro em 1954, além de muitas outras composições.

A seguir trechos da musica “Chiclete com Banana” de 1959:

*Eu só boto bebop no meu samba  
Quando Tio Sam tocar um tamborim  
Quando ele pegar  
No pandeiro e no zabumba.  
Quando ele aprender  
Que o samba não é rumba.  
Aí eu vou misturar  
Miami com Copacabana.  
Chiclete eu misturo com banana,  
E o meu samba vai ficar assim:*

*Tururururururi bop-bebop-bebop  
Tururururururi bop-bebop-bebop  
Tururururururi bop-bebop-bebop  
Eu quero ver a confusão*

Destarte a memória de Jackson do Pandeiro tem sido um legado para história e para a formação cultural de Alagoa Grande, não podendo deixar de ser exposta ao povo dessa cidade, a memória de um gênio da musicalidade brasileira, que mesmo não vivendo toda sua vida artística na cidade, a representou através da arte e da cultura.

Mesmo assim ainda hoje existe uma querela, concernente ao possível fato desse artista ter negado o fato de ser natural de Alagoa Grande. Em uma entrevista dada ao Sesc, São Paulo em 1982, afirmou que era de Alagoa Grande mesmo. "...eu gostava de lá, entende, nego véio? Porque tinha o trem que nas outras cidades vizinhas não tinha, tinha as lagoas para a gente pescar..." mesmo assim, afirma que não queria voltar por ter passado fome em sua infância. Mas não voltaria na cidade. (Fonte: A União, 2012).

Segundo Freire (1996) essa negativa de Jackson é um tanto quanto equívoca, pois o que houve foram algumas declarações suas na imprensa de que tinha passado fome em sua cidade natal. O senhor José Guimarães Guedes, (2014) nos dá o seguinte relato:

eu encontrei alguém aqui se opondo a Jackson, porque segundo ele Jackson teria dito em uma entrevista que passou fome aqui em Alagoa Grande; o que é admissível. Ora, imagine que em 1930, hoje nós ainda lutamos contra o preconceito racial, e neste ano um negro morando, segundo os biógrafos, em terras da usina, deve ter sofrido muita discriminação; lutando para aflorar a musicalidade dele." Em depoimento do senhor José Guimarães Guedes, (2014).

Por fim, a memória de Jackson vem dando frutos dentro de Alagoa Grande e gerando cada vez mais um grande acervo artístico com raízes na genialidade e obra de Jackson do Pandeiro, que levam o seu nome e sua importância cultural para a memória e patrimônio local. Jackson do Pandeiro nos dias atuais, através de seu legado artístico, foi fonte de inspiração para artistas locais como a banda Jackson Envenenado e que leva seu nome o nome de Alagoa Grande por onde passa.

### **2.2.2. "É melhor morrer na luta do que morrer de fome": a luta de uma mulher chamada "Margarida".**

Alagoa-grandense, filha de pais camponeses, Margarida Maria Alves nasceu na zona rural do município de Alago Grande, em 5 de março de 1932. Já na infância obteve a experiência do trabalho no campo, aos 8 anos de idade. Com seis anos passou a morar no Sítio Agreste onde cursou o ensino Primário. Tornou-se tesoureira e Presidenta do movimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, com o incentivo do padre local Geraldo da Silva Pinto, aos 18 anos.

Margarida Maria Alves viveu a experiência da luta pelo direito a terra desde tenra idade, quando seus pais foram expulsos de seu sítio, indo morar na zona urbana. A sua luta é verificada através de sua experiência junto aos trabalhadores rurais e ao ingressar no Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Margarida os defendia de qualquer atitude exploratória por parte dos senhores de terra. E mesmo quando havia casos de má fé por parte de algum trabalhador rural, que buscava se aproveitar da situação, Margarida defendia o lado deste trabalhador, mesmo que não tivesse razão. O senhor José Avelar Freire nos relata que:

A usina e seus seguidores extremados contra o Sindicato e contra os trabalhadores que reivindicavam qualquer direito e o Sindicato extremado contra os proprietários e a Usina. E não havia um diálogo e sim extremas. E foi nessa extrema que veio a morte dela. (2014).

Para José Avelar Freire (2002), quando se tratava de questões contra os patrões, a razão era sempre dos trabalhadores rurais. Ela se posicionava de forma inflamada no que diz respeito a defesa dos direitos trabalhistas rurais. Sua maior contrariedade era com o senhor de Engenho Francisco Lino Cavalcanti de Miranda, que segundo consta Freire (2002, p. 146), foi denunciado injustamente por três moradores de suas terras. Segundo o depoimento do senhor José Guedes Guimaraes (2014) Margarida participou, de forma muito bastante legalista nas questões sindicais, pois não negociava com o proprietário rural, só com o juiz trabalhista.

Vivendo em um período de efervescência política, Margarida não possuía nenhum vínculo partidário, mesmo que tenha sua imagem atrelada ao movimento do PT (Partido dos Trabalhadores). Seu objetivo era estar sempre a serviço das necessidades dos trabalhadores rurais. Foi uma mulher aguerrida e muitas vezes radical para defender seus ideais de luta social. Para alguns senhores de engenho ela era de atitude muito atrevida, fugindo do estereótipo de mulher de família, devendo então se comportar como tal. Sua situação foi se agravando diante de

alguns senhores de engenho, capazes de tomarem atitudes extremas. Assim Margarida acabou sendo alvo de uma decisão atroz por parte de alguns senhores de engenho, que decidiram resolver a questão com a líder sindical, dando um fim a sua vida. O crime teve repercussão internacional e sua denúncia foi encaminhada para a Corte Internacional de Direitos Humanos. Até hoje a data de seu assassinato ficou conhecido como o Dia Nacional de Luta contra a Violência no Campo e pela Reforma Agrária.

Margarida foi morta com um tiro de uma arma de calibre 12 em frente a sua casa, no dia 12 de agosto de 1983. Sem nenhuma chance de defesa ou reação, a decisão de alguns radicais fez calar definitivamente a boca de uma mulher sempre destemida e fechar os olhos de uma personagem que denunciava as injustas de alguns trabalhadores rurais. O senhor José Avelar Freire, (2014) enfatiza que “a morte de Margarida é a ferida incurável do município e que nunca mais será curada, pois foi um crime bárbaro, covarde de pistolagem que fizeram contra ela”.

A luta de Margarida até hoje é lembrada, sobretudo por sua frase símbolo de luta social: “é melhor morrer na luta do que morrer de fome”. Esse aforisma até hoje estimula muitos movimentos em prol dos direitos dos trabalhadores rurais, além de motivar diversos grupos de trabalhistas por todo o Brasil a exemplo do movimento “Marcha das Margaridas”, que foi realizada na cidade de Alagoa Grande em julho de 2000, que reuniu em torno de quinhentas mulheres do Movimento Sindical Paraibano. A Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves foi criada no ano de 1994, recebeu em honra a Medalha Chico Mendes de Resistência. (Fonte: Fundação Margarida Alves). A história dessa personagem é tão emblemática que a Banda Jackson Envenenado, compôs uma música, “M.M.A.” em homenagem a Margarida Maria Alves, premiada no MPB SESC, 2005:

Margarida foi forte, lutadora, enfrentou grandes latifundiários,  
Obrigando a pagar justos salários defendeu a classe trabalhadora.  
Da classe burguesa traidora que inventou uma ação mais que bandida  
Para desta mulher tirar a vida, os patrões com bandidos se juntaram.  
Entre todas mulheres que tombaram, neste dia lembramos Margarida!  
Jackson Envenenado - trecho da música M. M. A.

### **2.3. O ensino de história como espaço para aprendizagem da história local**

O ensino de história no Brasil foi delimitado pelos fatores econômicos e sociais que sofreram influências externas ao ambiente escolar, desde os conceitos do marxismo, da escola positivista, da ditadura militar, como também da educação voltada para a economia capitalista, uma constante nos anos 70. No entanto o foco do nosso trabalho é investigar o ensino de História a partir do contexto dos anos 90, fase de importantes mudanças no currículo educacional do país.

As produções do ensino da disciplina de História no Brasil ainda sofrem com o desinteresse dos profissionais dessa área e o investimento nas pesquisas em História ainda é bastante precário. Como nos relata Thais Nívia de Lima Fonseca (2011) o estudo e dedicação aos trabalhos concernente ao ensino de História no Brasil “ultrapassam a marca de 18% do conjunto da produção” dos trabalhos nesta área. (FONSECA, 2011, p. 29).

A década de 90 foi para a educação no Brasil uma época de mudanças curriculares e de oportunidades de reformas curriculares oferecidas pela secretaria da educação do Ministério da Educação e do Desporto, assim como de escolas e instituições de pesquisa. Além da participação de editoras e de pessoas envolvidas nestas reformas que se interessavam pela educação dos Estados e Municípios.

Estas mudanças tiveram como marco educacional a criação dos PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais), cujos objetivos eram difundir os princípios da reforma curricular e orientar os professores na busca de novas abordagens e metodologias de ensino. Os PCN's foram publicados pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura) no ano de 1990, direcionados à 1ª e 4ª series em 1997, e para a 5ª e 8ª em 1998.

A elaboração dos PCN's partiu da resposta de uma exigência dos organismos internacionais que tinha como intuito harmonizar as políticas curriculares brasileiras com os interesses e habilidades dos órgãos financeiros internacionais. Dessa forma, as políticas de educação do Brasil passaram a se submeter às diretrizes políticas impostas por tais entidades.

Todavia, mesmo que possua uma política educacional voltada para os interesses financeiros internacionais, os PCN's propuseram uma forma de ensino um pouco mais dinâmica, ou seja, que proporcionam aos estudantes a oportunidade de

compreender a relação entre os estudos concernentes à importância da “memória na construção do conhecimento histórico.” (BARROS, 2013, p. 302).

Ao recorrer às ideias de Michael Pollak (1992) sobre PCN's, o autor C. H. F. Barros (2013), buscou mostrar que os Parâmetros Curriculares Nacionais abriram espaço para a relação entre memória e identidade. Isso nos leva a compreensão da necessidade e importância quanto à inserção desta concepção de ensino na educação dos jovens e crianças do ensino fundamental. Logo:

Os conceitos presentes no PCN em relação ao ensino de História, destaca-se a importância da construção da identidade individual e social, conceito este fundamental, já que a identidade e a memória têm uma estreita relação. (POLLAK in BARROS, 2013, p. 302).

Sobre o viés da classificação dada pelos PCN's à distribuição dos ciclos de ensino para as séries do Fundamental I foram divididas no ensino de “História local e do Cotidiano” para a 1ª e 2ª séries e “História das Organizações Populacionais” para 3ª e 4ª séries. Para o ensino Fundamental II o eixo proposto foi “História das Relações Sociais da Cultura e do Trabalho” para a 5ª e 6ª séries; enquanto que a 7ª e 8ª séries trabalham com o eixo História das representações e das relações de poder. (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1998, p. 40).

Todavia, mesmo que o eixo sobre ensino de história local e cotidiano esteja direcionado as 1ª e 2ª séries, do Fundamental I, percebemos que este tema também se torna interessante e importante se incluído na rotina das aulas voltadas para o Ensino Fundamental II.

Foi a partir dos anos 80 e 90 começou a haver uma reflexão sobre o método de ensino curricular que se baseava no conhecimento da história da humanidade de um modo geral, e viam a complexidade em aplicar os conteúdos de História a partir de uma ordenação no concerne a História Geral, do Brasil ou então a História da Antiguidade. Surgiram varias duvidas e reflexões por parte dos professores, que buscavam uma forma de melhor aplicar os conteúdos do campo da História no processo do ensino aprendizagem. Foi então que alguns professores passaram a dotar o método dos anos 50 e 60, que tinham como principio a compreensão da Historia como movimento social e memoria, voltadas para os diversos grupos sociais, que dava relevância a valorização do saber, das vivências e interpretações dos alunos. (Parâmetros Curriculares Nacionais, 1998, p. 28). Portanto, se os

estudos dos acontecimentos fossem aplicados em sala de aula de forma separada, os estudantes não teriam a oportunidade de poder refletir historicamente (Ibid).

A História Local passou a ser vista de forma mais participativo no ensino com o objetivo de ser um estudo do meio, tornando-se um método de ensino e sendo uma alternativa proveitosa para as produções didático pedagógicas no campo do ensino de História. Sobre esse aspecto Bittencourt, nos explica que “a associação entre cotidiano e história de vida dos alunos nos possibilita contextualizar essa vivência em uma vida em sociedade e articular a história individual a uma história coletiva” (Ibid, 2011, p. 165). No entanto a autora faz uma ressalva pra os cuidados que devemos ter enquanto docentes para não tornar a ideia de ensino cotidiano uma concepção que se resume a meras curiosidades do passado presa à história das relações “[...] amorosas de reis e rainhas” ou a rotina de pessoas comuns “... pautadas por meras descrições curiosas” que não tenham haver com o “... contexto social desses indivíduos” (Ibid).

Com bases nos preceitos de Bittencourt entendemos que o ensino de história local dá oportunidades diversas para que os estudantes possuam um olhar mais questionador em relação ao mundo de que fazem parte e sucessivamente, serem capazes de enxergar as questões e os acontecimentos da História Nacional e Geral, graças ao seu conhecimento da história local. Todavia essa autora adverte para as chances existentes da história local acabar sendo direcionada para a reprodução da história das classes dominantes. Porém como este não é o nosso propósito, e sim tornar a criança e o jovem capazes de enxergar na história uma forma de identificação sócio- cultural, nos atemos na premissa da autora, ao salientar que “é preciso identificar o enfoque e a abordagem de uma historia local que crie vínculos com a memória familiar, do trabalho, da migração, das festas...” (Ibid, 2011, p. 169).

Os estudantes ao serem apresentados e se depararem com o conhecimento histórico local tem a oportunidade de aprender através das fontes históricas que estão próximas de seu convívio, ou seja, através do patrimônio material e imaterial, que são tão próximos da sua realidade. Nesta perspectiva, partimos do contexto de Barros (2013), onde salienta que:

A História local possibilita a compreensão do entorno do aluno, identificando passado e presente nos vários espaços de convivência. Essa temática permite que o professor parta das histórias individuais e dos grupos, inserindo o aluno em contextos mais amplos. (Ibid, 2013, p. 303).

Ainda com embasamento nas premissas propostas por Barros (2013), “os conteúdos sobre História Local ocupam papel central no processo de ensino-aprendizagem e sua seleção e escolha deve estar em consonância com as problemáticas sociais marcantes em cada momento histórico.” Portanto, partindo desse eixo norteador, a necessidade de dar sequencia ao ensino de História Local não seria de limitar os demais eixos que foram pautados para cada série. Mais sim, de criar uma relação entre o ensino da cultura, da memória, do patrimônio local com os demais eixos do Ensino Fundamental II.

Neste contexto, a aprendizagem de metodologias apropriadas para a construção do conhecimento histórico se tornará fundamental para que a criança e o jovem do Ensino Fundamental II possam compreender cada vez mais sua realidade, independente da série que frequenta, e consiga desenvolver um olhar mais consciente para sua própria sociedade e para si mesmo. Logo, “a consciência histórica é o objetivo central para que o aluno possa estabelecer conexões entre a história, a vida prática e a aprendizagem.” (BARROS, 2013, p. 308).

Com base na definição de F. H. C. Barros (2013), a História do cotidiano na sala de aula não pode se restringir apenas como foco para apresentação do passado, evidenciando as relações amorosas de poder entre reis e rainhas. Uma história que define personalidade, que enfatiza o culto a sujeitos históricos e a determinadas datas que retratam os fatos históricos que foram exaltados pela influencia da história eurocêntrica.

Destarte, compreendemos que o método de ensino acaba se transformando em um ensino de História superficial, que se preocupa com uma descrição simplista do conhecimento, enaltecendo a elite dominante, dessa forma a história que se é lecionada não possui nenhuma relação com um “contexto social da existência desses indivíduos.” (BARROS, 2013, p.308).

A partir do momento que o professor de História passa a trabalhar sobre a perspectiva da História do cotidiano e a História local em sala de aula, cria-se ainda mais chances para que os alunos trabalhem o senso de identidade e facilite a convivência com o outro e com culturas diferentes. Barros ainda desta que:

O cotidiano deve ser utilizado como objeto de estudo escolar pelas possibilidades que oferece de visualizar as transformações possíveis realizadas por homens comuns, ultrapassando a ideia de que a vida cotidiana é permeada de alienação. Perceber o cotidiano como espaço

privilegiado das transformações históricas também possibilita que os alunos percebam a si mesmos como sujeitos da História. (Ibid, 2013, p. 308-309).

Além do mais, estudar o cotidiano na disciplina de História possibilita uma relação com as estruturas de poder, com a economia e a política fazendo com que os estudantes percebam que estas esferas de poder tanto podem interferir como também influenciar nas mudanças sociais ao seu redor e no seu dia-a-dia. “O cotidiano está relacionado com a possibilidade de que os alunos possam perceber como suas vidas fazem parte da História como um todo.” (BARROS, 2013, p. 310).

A história local consiste na mesma relevância do ensino da história do cotidiano, uma vez que esta é um dos objetos principais de nosso trabalho. Levar o ensino da história local para o conhecimento dos alunos do Ensino Fundamental II consiste em inserir no contexto do espaço de vida da criança que eles também são sujeitos históricos e que os lugares em que vivem juntos com seus familiares e a comunidade, são relevantes para a formação social e cultural de seu município. Assim eles podem perceber que também são sujeitos produtores de memória e conseqüentemente são parte da história local de seu município.

O conhecimento de História local proporciona ao campo do ensino de História a inclusão dos processos interpretativos de vivência sobre os modos como os sujeitos sociais se formam historicamente, dentro de seus espaços sociais. Recorrendo as linhas de Barros:

O local é o espaço primeiro da atuação do homem, por isso, o ensino de história local precisa configurar também essa proposição de oportunizar a reflexão permanente acerca das ações do que ali vivem como sujeitos históricos e cidadãos. (BARROS, 2013, p. 315).

Sendo assim, a criança e o jovem antes de se espelharem nas construções históricas externas, fora de seu espaço, necessitam de fatores e meios de ensino que lhes deem como exemplo sociocultural o que lhes rodeia; a história que constituída dentro do seu espaço local.

Todavia, a produção historiográfica para o ensino didático sofreu uma considerável influencia da produção da história dominante, seja nacional ou universal e deixando à margem o conhecimento da história local. O que acaba direcionando o processo de aprendizagem para um ensino que exalta os grandes feitos e personagens históricos.

Thais Nívia de Lima Fonseca (2011) ressalta que a produção do livro didático por muito tempo teve uma predileção voltada para as identidades nacionalista e que enaltecia e transformava os fatos cívicos e políticos, a exemplo da Proclamação da República e a Guerra do Paraguai do século XIX como ditame para caracterização da identidade nacional, uma vez que isso evitava a fragmentação da nação. Dessa forma a autora relata que:

A maioria dos trabalhos, ao privilegiar os programas curriculares e o livro didático, procura analisa-los na perspectiva da utilização do ensino de História pelo Estado e pelas elites detentoras do poder e de como as formulações para essa disciplina estiveram associadas a ideologias ou a determinados programas políticos. (Ibid, 2011, p. 33).

Mesmo com a valorização e adoção da História eurocêntrica, o patriotismo ao Brasil foi estimulado e teve espaço dentro das produções didáticas. Houve uma grande valorização didática por parte da formação de professores, porém o currículo continuava o mesmo.

As análises que buscam relacionar a produção historiográfica ao ensino de História, seja via programas curriculares, seja via livros didáticos, têm se concentrado no século XIX, justamente no momento em que a historiografia brasileira se constituía, no âmbito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o que também ocorria com a disciplina escolar História. (FONSECA, 2011, p. 34).

Enquanto a exaltação à pátria e os heróis improvisados ganhavam repercussão nos livros didáticos, os temas de cunho social como questões raciais, étnicas, preconceitos, diferenças sociais e regionais, realidades bem presentes no Brasil, eram cada vez mais desconhecidos nos livros didáticos.

A partir do momento em que o livro didático tornou-se a principal fonte de aprendizagem no espaço escolar, constitui-se também o melhor caminho para desenvolver e “estimular a memória escolar por meio das lembranças daqueles que os utilizaram na escola”. (FONSECA, 2011, p. 92). Ou seja, a educação dos jovens era o caminho mais prático e estratégico para se instalar um maior controle da formação de pensamento e das ideologias futuras, isto tudo por meio do que se veiculava nos livros didáticos.

No que concerne a prática do ensino da memória e história local na sala de aula, são inseridas no campo da disciplina de História, como observamos a partir das premissas de Ricardo Oriá (2008), tendo um papel fundamental para o

desenvolvimento e valorização da identidade de pertencimento dos estudantes, uma vez que se propõe a preservação do patrimônio cultural material e imaterial de uma comunidade.

No entanto, mesmo que a história e a memória possuam características diferentes, é de grande importância que se introduza na sala de aula o discurso para a compreensão do papel da memória na vida e no cotidiano da população, no nosso caso específico a de Alagoa Grande, mostrando que há um vínculo entre a geração passada e a geração presente.

Dessa forma, se desperta as crianças e os jovens para que percebam que há um vínculo entre gerações e que esse elo é responsável por gerar raízes culturais e históricas que possam caracterizar a sociedade humana. Portanto, vale salientar que as distinções entre memória e história são determinadas dentro do próprio espaço em que as duas se disseminam: a memória se propaga e se corporifica no mundo da via; a História tem seu habitat na historiografia. (BARROS, 2013).

Preparar a identidade da criança a partir do ensino da memória e do patrimônio de uma localidade consiste em um processo de dedicação e de vontade do professor de História, em que ele deve ter em mente que a difusão do conhecimento histórico de sua localidade é um processo que prevalecerá para o desenvolvimento não só dos sujeitos que compõem o espaço escolar, mais também no desenvolvimento social e cultural de toda comunidade.

Sobre essa premissa Oriá nos conscientiza de que “ao socializar o conhecimento historicamente produzido e preparar as atuais futuras gerações para a construção de novos conhecimentos, a escola está cumprido seu papel social.” (ORÍÀ, In: Bittencourt, 2008, p. 130). Logo, o papel do professor, agente difusor do conhecimento histórico cultural e social, possui a capacidade de despertar no aluno o saber-fazer. O professor acaba se tornando o responsável por ensinar aos alunos a enxergar e a valorizar a diversidade de conceitos sobre as diferentes ideias.

Em relação à importância do professor como sujeito emissor do saber histórico, a autora Maria Auxiliadora Schimidit (2008) salienta que o ato de ensinar História é “dar condições para que o aluno possa participar do processo do fazer, do construir a História.” (SCHIMIDIT, In: Bittencourt, 2008, p. 57). Nessa perspectiva o professor se torna um mediador didático entre os estudantes e o ensino da história local, o ensino do lugar de memória e de fontes de patrimônios históricos do município de Alagoa Grande-PB.

Sendo assim, o professor precisa trabalhar para desenvolver suas fontes de pesquisas da história local e seus elementos históricos, como o patrimônio e a memória local. Pois ao desempenhar o papel de mediador do conhecimento da história daquele município, o professor de História transforma a sala de aula em um ambiente de aprendizado da história social e cultural local, fazendo uso de fontes como o patrimônio e a memória existente no espaço de convívio da criança, de sua família e de sua comunidade.

Para firmar essa contextualização buscamos referencia em Helio Braga da Silveira Filho (2003), quando salienta que “cabe ao professor construir uma prática pedagógica que tenha na história local uma referência direta, exigindo, portanto, que assuma com o próprio aluno um novo, ou renovado, compromisso e uma nova maneira de ser.” (SILVEIRA FILHO, 2003, 38).

Enfatizamos mais uma vez que os estudantes do Ensino Fundamental II podem ter embasamento dos acontecimentos históricos aplicados nas suas respectivas series, com um olhar voltado para a História Local e Cotidiana, tendo contato com a história os cerca. Além disso, com o suporte dado pelos PCN's ao classificar os eixos temáticos sobre o viés da “História das relações sociais, da cultura, do trabalho e da natureza” para o terceiro ciclo e “[...] História das representações e das relações de poder” (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1998, p. 55-67) como eixo do quarto ciclo, o professor terá em mãos um leque de oportunidades para por em pratica a relação entre a História da localidade destes estudantes e os respectivos eixos temáticos.

Portanto, fechamos esse item, enfatizando a necessidade de trazer para o ensino de história as discussões da memória e do patrimônio local. Além disso, a formação cidadã dos estudantes do ensino Fundamental II, como também a do professor de História enquanto mediador do aprendizado voltado para a conscientização da criança e do jovem ao possibilitar um maior dinamismo das aulas de História, se valendo da riqueza histórica do município de Alagoa Grande. Despertando assim, a curiosidade dos mesmos a se aproximarem da história dessa cidade, por meio da memória e do patrimônio local. E mais uma vez nos remetemos aos Parâmetros Curriculares Nacionais, almejando que o Ensino Fundamental através do campo do ensino História, possa capacitar os alunas e alunos a aumentar sua compreensão da realidade, apto a confrontá-la e relacioná-la com outras realidades históricas, habilitando estes discentes a fazer suas escolhas e assim

determinando os critérios para tornarem-se capazes de direcionar suas próprias ações. (PCN's, 1998).

#### **2.4. Pesquisa em história oral temática: Entrevistas com moradores de Alagoa Grande-PB**

Para que possamos entender a história de Alagoa Grande recorreremos às narrativas orais, pois sabemos que elas são de suma importância no processo de compreensão e aprendizagem, na medida em que se tem como objeto de pesquisa o patrimônio material e imaterial. As entrevistas foram realizadas com os moradores de cidade supracitada os quais nos deram depoimentos sobre o patrimônio material e imaterial da cidade, além de falar da importância destes objetos de estudos para a identidade dos estudantes locais.

A partir dessas narrativas buscamos expor a compreensão da história de Alagoa Grande e as contribuições da vida e obra de Margarida Maria Alves e de Jackson do Pandeiro e suas possíveis contribuições ao campo do ensino de história.

Ao indagarmos o senhor José Guimarães Guedes (2014), sobre o conhecimento que possui da história de Alagoa Grande, o mesmo nos relatou sobre a relevância que houve após o tombamento do centro histórico da cidade: “Quando foi Presidente do Iphaep, o professor Itapuã Boto Targino através do projeto dentro da sua gestão como diretor do Iphaep escreveu o livro “Patrimônio histórico da Paraíba”, em que Alagoa Grande é contemplada no primeiro capítulo do livro”. Já o senhor José Avelar Freire, (2014), nos relata o seguinte:

Eu pensava em relatar as muitas coisas interessantes sobre Alagoa Grande. E daí me veio a ideia de fazer uma apostila com vinte paginas que daria para mostrar algumas coisas daqui, dos engenhos, da indústria algodoeira, da sisaleira, da ferrovia; alguma coisa da politica e alguns personagens da nossa História.

Logo, ao discutir as narrativas destes depoentes sobre o patrimônio histórico local, percebemos as suas contribuições para o fomento da cultura local e o possível usufruto tanto de suas falas quanto do material histórico produzido pelos mesmos, no ambiente escolar. Questionados em relação as vivência e as características de Alagoa Grande no período de infância ou juventude, os depoentes deixaram nítido o

orgulho, e o saudosismo pelos tempos áureos em que a cidade passou no campo econômica, social, cultural e política.

A economia da cidade estava em pleno desenvolvimento econômico com a indústria do algodão e do agave. A zona rural plantava muito agave e desfibrava esse agave. E o trem estava a todo vapor, sendo o grande progresso para transportar o nosso açúcar, o demerara que não era refinado. Quando o trem foi embora em 1966, houve um declínio econômico. (Javancy Celso de Lima, 2014).

Para a senhora Teresinha Vasconcelos (2014) a década de 50 do século passado foi um período áureo para a educação, economia e sociabilidades:

Tinha o Colégio do Rosário (antigo Colégio Nossa Senhora do Rosário), o Colégio Padre Hildom Bandeira. As festas eram poucas, mas, tinha a Festa da Boa Viagem. A feira era pequena, mas foi aumentando com os empregos da Usina Tanques. Oswaldo Trigueiro fez muitas melhorias na cidade. Era uma cidade pacata. (Teresinha Vasconcelos, 2014).

Pedimos para eu os depoentes relatassem um pouco da importância dos prédios históricos para a cidade. Assim o senhor José Avelar Freire (2014) relatou a importante visita feita a Alagoa Grande do então candidato a Presidente da República, Juscelino Kubistchek que ficou:

Hospedado no casarão de azulejo português, próximo à Igreja matriz onde morou Telécio Onofre. E Juscelino passou algumas horas na casa dele, dançou valsa na sala da casa com uma das filhas e Lurdinha Onofre tocou piano, inclusive tocou uma musica “saudades de minha terra”, que Juscelino gostava muito e todos sabiam disso. (José Avelar Freire, 2014).

Assim percebemos que os prédios e o centro histórico de Alagoa Grande foram palco de grandes eventos culturais e de visitas ilustres. Esses ambientes até hoje são usados para reuniões de moradores, apresentações artísticas e as diversas sociabilidades.

Com relação à memória de Jackson do Pandeiro e Margarida Maria Alves, pedimos aos entrevistados que nos dessem alguns relatos sobre esses personagens. A senhora Teresinha Vasconcelos (2014) relatou possuir pouca informação sobre o artista, mas sabe que este alagoagrandense ganhou fama no Brasil cantando suas músicas e ouvi fala por outros que ele foi relegado por sua cidade natal: “parece que não deram muito valor a ele e ele foi para Campina Grande e de lá foi embora para o Rio de Janeiro”. Mesmo assim, para a entrevistada,

todos gostam de sua música. Enquanto que o senhor Javancy Celso de Lima, 2014, acrescenta que sobre:

[...] a vida artística dele em Alagoa Grande, pouca coisa tem a registrar, ou quase nada [...] dizem que ele veio aqui em 1948 e fez um show. Mas eu não tive a oportunidade de vê-lo nessa época, pois eu tinha doze anos de idade. Ele já estava começando a ficar reconhecido neste tempo. Esta é a passagem dele. Depois não veio mais aqui para cantar. Em Alagoa Grande pouco participou da sua vida cultural e artística. (Javancy Celso de Lima, 2014).

Com a fala dos respectivos entrevistados, vemos o quanto é importante tornar notório essas percepções de mundo anunciadas pelos nossos colaboradores às crianças e aos jovens possibilitando assim o seu envolvimento artístico e cultural com a história da cidade. Vejamos o que diz o senhor José Avelar Freire, 2014: “primeiro está Luís Gonzaga, Jackson do Pandeiro e depois vem os outros e não deixei de gostar desses outros. Mas agora é a raiz, a música nordestina e depois vem às outras”. Portanto vemos o quanto é importante revisitar essas memórias, na medida em que elas podem forjar o sentimento de pertença, nos alunos, a um lugar que produziu e detêm uma parte da cultura nordestina.

A partir dos relatos do senhor José Avelar Freire, 2014 e do senhor José Guimarães Guedes, 2014, compreendemos a contribuição da memória pra a construção da identidade tanto pessoal quanto social dos estudantes da cidade: “ela permite que cada geração estabeleça vínculos com as gerações anteriores”. (BARROS, 2013, p. 302). José Guimaraes Guedes, 2014, enfatiza que “Alagoa Grande precisa de mais ufanía, precisava cantar mais Jackson do Pandeiro. Pôr-se ao nível que chegou Jackson. Nós temos que lutar pelo que é nosso, pois se não lutar ninguém lutará por nós”.

Em relação ao conhecimento da luta da sindicalista Margarida Maria Alves, a senhora Teresinha Vasconcelos (2014) nos relata que Margarida foi “uma pessoa autêntica uma presidente do sindicato que trabalhava em benefício do trabalhador do agricultor.” Na figura de Margarida Maria Alves, nossa colaboradora acredita ter um exemplo de luta social da mulher paraibana destemida, que enfrenta os obstáculos e as discriminações para poder sustentar as suas ideias. Já o senhor José Avelar Freire (2014) ressaltou a importância da luta dessa sindicalista e a influencia das ideias defendidas pela mesma e seu papel na história como paradigma da causa rural: “mas a luta dela foi isso e como em toda luta de qualquer

líder e qualquer área, é chamado fato histórico singular, tem repercussão social, e influi posteriormente, de alguma forma.” (José Avelar Guedes, 2014).

Assim, é através de fatos socioculturais com base na história vivida por Jackson e por Margarida, que os estudantes têm a possibilidade de refletirem sobre o presente de sua comunidade, de enxergar as transformações do presente através do passado. Sendo assim, a vida destes dois personagens ao remeter a lembrança de quem os vivenciou mostra que a história de Alagoa Grande não pode ser posta à margem, ser esquecida pela população, pois os fatos são parte da memória da cidade.

Ao indagarmos os entrevistados sobre a importância de morar em Alagoa Grande, percebemos o quanto a cidade é querida por estes depoentes:

Do mesmo jeito que alguém se vislumbra com Torre Eiffel, eu me deslumbro com a igreja daqui, com o teatro, com a lagoa, com os casarios, com as pessoas e a zona rural [...] é a história da ligação, da raiz, da família, dos amigos, da infância. Você cria laços com a sua terra e se alguém de fora criticar você pedir respeito e dar valor a tudo nela. O que eu faço em Alagoa Grande me satisfaz muito. (José Avelar Freire, 2014).

A senhora Teresinha Vasconcelos complementa sua admiração pela cidade enfatizando: “eu não troco minha Alagoa Grande por capital ou cidade grande nenhuma. Eu gosto da minha Alagoa Grande porque ela é uma cidade muito acolhedora e muito boa”. (Teresinha Vasconcelos, 2014). A partir do relato dos respectivos entrevistados, notamos que o sentimento dos depoentes relativo a Alagoa Grande tem nas representações tangíveis e intangíveis, aspectos que nos remete as linhas de Nora, para quem os símbolos também são representantes dos lugares de memória. Entendemos então que “só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma áurea simbólica”. (NORA, 1981, p. 21).

Da mesma forma que observamos o prazer e o orgulho do senhor José Avelar Freire (2014), também percebemos a partir da fala de todos os entrevistados um sentimento mútuo de pertença, de conviver e vivenciar os acontecimentos de sua época e o orgulho de serem conterrâneos de vultos históricos de Alagoa Grande. Na sua linha de pensamento, o senhor José Guimaraes Guedes, 2014, complementa fazendo um discurso para aqueles que passam a dar mais valor à cultura externa:

Eu comparo Alagoa Grande como uma Fênix, que cheguei a fazer uma crônica rebatendo uma dessas pessoas de pouca ufania, que ao sair daqui

e se perde no deslumbramento da paisagem que não é dele. [...] Porque Alagoa Grande, ela é um verdadeiro repositório para quem quer escrever e para quem quer falar de qualquer gênero da literatura. (José Guimarães Guedes, 2014).

Analisando a fala do senhor José Guimaraes Guedes (2014) percebemos a sua preocupação com relação ao esquecimento de sua cidade, por aqueles que não compreendem a importância de se valorizar e guardar a cultura local, mesmo que esteja distante. Deste modo, a memória coletiva se faz presente no desejo do entrevistado de que mesmo que se encontre em um lugar distante, onde a sua cultura e o seu patrimônio sejam menos conhecidos, que estes não esqueçam que sua terra natal valorizando-a. Portanto, “a memória coletiva é um quadro de analogias, e é natural que ela se convença que o grupo permanece, e permaneceu o mesmo”. (HALBWACHS, 1990, p. 88).

Com sentimento semelhante, o senhor Javancy Celso de Lima, (2014) acrescenta:

A pessoa tem que gostar da terra onde ele nasceu. Nem todo mundo tem esse amor a terra, eu moro em João Pessoa, mas não consegui deixar esse amor por Alagoa Grande de lado; ela mora em mim e eu gosto das coisas daqui, eu vivo o lado artístico e cultural, eu participo e se pudesse eu faria alguma coisa. Mas eu não tenho condições não é.

Portanto, através das falas desses entrevistados as crianças e os jovens também podem desenvolver essa admiração pela sua cidade, por seu patrimônio material e imaterial. E é através do ensino de história, do conhecimento sobre a cultura local, que este sentimento poderá desabrochar. Perguntamos aos entrevistados se eles achavam que as escolas poderiam falar mais sobre a história de Alagoa Grande. Todos foram unânimes ao concordar com essa necessidade. Para o senhor Jose Avelar Freire (2014):

Sim, pois a primeira história a nos interessar tem que ser a da nossa terra, depois a da região, depois a do Estado; depois a história da região Nordeste, depois a do Brasil e depois a história geral. Porque a primeira história é a nossa, é aonde nós vivemos e nós fazemos parte dessa história mais ou menos. Se não fazemos individualmente, porém fazemos coletivamente e estaremos inseridos nela [...] damos menos valor a terra e as pessoas que moram nela por não conhecer a história, as lutas, as conquistas, o sofrimento, o fracasso, as vitórias da nossa comunidade. (José Avelar Freire, 2014).

Já a senhora Teresinha Vasconcelos (2014), sobre um olhar voltado para as questões político-sociais enfatiza que:

Eu acredito que sim, tinha que falar. Por exemplo, tem o colégio do Rosário que acabou e que na época do ex-prefeito Junior Carneiro funcionava o CRAS (Centro de Referência e Assistência Social), funcionava o PET (Programa Educação para Todos), funcionava muita coisa boa. Hoje dizem que ainda continua o PET, o PROJOVE. E também na época do ex-prefeito tinha o Tiro de Guerra, que era do lado do Colégio do Rosário. Que era uma coisa que o ex-prefeito trouxe para Alagoa Grande que marcou a nossa cidade de coisa boa. Porque, quantos jovens que estavam aí pelas praças, soltos, usando droga, entendeu. E foi para o Tiro de Guerra, se preparou e teve aqueles que se empregaram; era uma coisa maravilhosa. E hoje acabaram e foi muito revoltante e muito triste. (Teresinha Vasconcelos, 2014).

O senhor Javancy Celso de Lima (2014), aponta para a realidade das condições dos professores, fora e dentro do ambiente escolar:

Eu não sei como as escolas trabalham esse lado, mas pelo nível dos professores a gente imagina que esteja muito a desejar. Porque os próprios professores, desmotivados por um salário irrisório, por não se dedicar. Como é que a gente tem um professor com um salário que tem, que no turno que não trabalha, vai trabalhar em outra escola? Então não tem tempo e não tem motivação para adquirir mais conhecimentos para passar o conhecimento para os seus próprios alunos. Então eu acho que deixa a desejar o ensino nas escolas. Eu deduzo que os professores não tem motivação pra isso. (Javancy Celso de Lima, 2014).

Enquanto que o senhor José Guimaraes Guedes, 2014, salienta:

Eu até digo que além desses recursos tecnológicos que se dá aos jovens de hoje, as escolas devem buscar talentos que existem, e eu sei que existem, mas que estão latentes que os provoquem à escrever sobre o contexto de sua ambiência. (senhor José Guimarães Guedes, 2014).

Enfim, a partir da história oral temática buscamos trabalhar os depoimentos de nossos depoentes, na perspectiva de que através das falas de moradores de Alagoa Grande, haja a contribuição para o campo do ensino de História. E partir dessa oralidade haja possibilidade de se trabalhar a história sobre a memória e o patrimônio local no espaço do ensino de história no Fundamental II. E através desta respectiva ferramenta de pesquisa no campo da História acreditamos na metodologia de ensino inserida no espaço educacional, que também se direcione para a memória de seu lugar, onde a criança e o jovem habitam.

O convívio com a memória e o patrimônio cultural local abre as portas para a formação do cidadão que tem capacidade de viver em sociedade. Para Le Goff (1990) “a história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os seus erros” (Ibid, 1990, p. 23). Portanto, neste trabalho não pretendemos tornar os estudantes presos ao passado se fechando para os fatos e feitos históricos que já ocorreram. Mas sim, de desenvolver a capacidade dos alunos de enxergar e valorizar as mudanças socioculturais próprias de seu tempo, a partir do valor que a história, tem a oferecer através da memória e do patrimônio local.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo em questão nos possibilitou compreender os aspectos condizentes com a história da memória e do patrimônio local em especial na cidade de Alagoa Grande-PB. E ao adentrar no mundo da pesquisa sobre a história do patrimônio material e imaterial deste município do Brejo paraibano, nos conscientizamos da necessidade e importância do ensino de história à medida que mostra aos discentes a existência de uma história rica em fatos e feitos e que esta história também é parte de seu cotidiano e que constitui a sua formação sociocultural.

No corpo desse trabalho discutimos sobre as dimensões que possibilitaram o envolvimento do ensino de história a partir da memória e do patrimônio, através da história cultural, marco para uma nova forma de o historiador estudar e escrever a história. Além do mais, fizemos um apanhado sobre o patrimônio tangível de Alagoa Grande, como também da memória da cidade representada nas personagens de Jackson do Pandeiro e Margarida Maria Alves. E adentramos na discursão sobre ensino de História com base nos PCN's, a fim de apresentar a importância da História local e do Cotidiano e a figura do professor como elo entre o ensino de História e os estudantes.

Para nós este trabalho foi a representação de um novo olhar sobre a cidade de Alagoa Grande-PB, e através das diversas fontes abordadas nesta pesquisa, percebemos que o campo do ensino de História, pode despertar o interesse dos estudantes, quando os docentes fazem uso da história oral, da memória e do patrimônio local, ou se valer de ambientes em que estejam representados o patrimônio tangível e intangível deste município.

E por meio desta pesquisa tivemos a oportunidade de perceber que, com a criação dos PCN's nos anos 1990, o sistema de ensino no Brasil favoreceu uma maior perspectiva voltada para uma dinâmica pedagógica que contextualize a história local e o cotidiano da criança e do jovem, principalmente no que diz respeito ao ensino Fundamental.

Senso assim, com base nos relatos de Silveira Filho (2003) também fazemos nossa a preocupação deste autor com a forma de se escrever História para as futuras gerações, uma vez que os estudantes enxerguem a realidade por meio de uma análise mais crítica e se tornem sujeitos conscientes do passado e do presente, capazes de sobrepujar as contradições existentes na sociedade. Portanto, o campo

do ensino de História “dimensionada entre o local e o global, possibilita ao indivíduo se posicionar e se perceber como sujeito dentro dos processos sociais.” (Ibid, 2003, p. 11). Através de nossa experiência dentro da sala de aula passamos a enxergar no ensino fundamental a fase pedagógica onde o momento de formação da identidade sociocultural do corpo discente é de suma importância para o seu desempenho nas series seguintes.

E foi a partir da necessidade gerada em torno da ausência de reflexões no ensino da História sobre patrimônio e memória local das cidades interioranas da Paraíba, principalmente em Alagoa Grande, que este trabalho foi desenvolvido.

Desse modo, acreditamos que a pesquisa em questão apresenta-se como um campo fértil para a investigação histórica, sendo interessante dar prosseguimento ao tema, na intenção de preencher lacunas que ainda existem, elucidando os aspectos ligados à história da memória e patrimônio local que não possui a relevância merecida no Estado Paraíba.

Portanto, diante do exposto, considera-se que o presente trabalho tem necessidade de continuidade, considerando que a discussão acerca do patrimônio e memória local no campo do ensino de História é extensa ainda existe muito que ser debatido

## FONTES E BIBLIOGRAFIAS

### Bibliografia

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História – Especialidades e Abordagens**, Petrópolis: Vozes, 2004. (222 p.).

BITTENCOURT, Circe (org.). O saber histórico na sala de aula. 11. Ed., 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2008. – (Repensando o ensino).

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 4ª ed.- São Paulo: Cortez, 2011.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. 3ª ed. – São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História & Ensino de História de História**. – 3ª Ed. - Autentica, 2011.

FREIRE, José de Avelar. **Alagoa Grande: sua História de 1625 a 2000**. João Pessoa, Editora - A união, 2002.

FREIRE, José Avelar. **Aspectos Econômicos e Fatos Outros da sua História**. João Pessoa – Ideia, 1996.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. 2. Ed. – São Paulo. Editora Humanitas, 2006.

LE MOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. 2ª ed. – Brasiliense - São Paulo, 1981.

LE GOFF, Jacques, 1924 História e memória / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão - Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História Cultural/ - 2. Ed. 2. Reimp. – Belo Horizonte: Autêntica 2008.

Jornais e Revistas

Correios das artes, A UNIÃO, João Pessoa, julho de 2012.

Gazeta do Paó, 27 de Março de 1984.

Documentos eletrônicos

**A História cultural e a contribuição** de Roger Chartier. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.

**“Apropriação:” um elo entre a História Cultural e a História Política.** Fênix – Revista de História e Estudos Culturais. Outubro/ Novembro/ Dezembro de 2005 Vol. 2 Ano II nº 4 ISSN: 1807-6971. Disponível em: [www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br).

BARROS, Carlos Henrique Farias de. In.: Rev. Hist. UEG - Porangatu, v.2, n.1, p.301-321, Jan./Jul. 2013.

BARROS, José D'assunção. **A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos.** Cadernos de História, Belo Horizonte, v.12, n. 16, 1º sem. 2011.

BARROS, José D'assunção. **Os Campos da História – uma introdução às especialidades da História.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.16, p. 17 -35, dez. 2004 - ISSN: 1676-2584 17.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história** / Secretaria de Educação Fundamental. . Brasília : MEC / SEF, 1998. 108 p.

BARROS, José D'assunção. **História Cultural: um panorama teórico e historiográfico.** Textos de história, vol. 11, ne 1/2,2003.

COSTA, Marli Lopes de. CASTRO, Ricardo Vieiralves de. **Patrimônio Imaterial Nacional: preservando memórias ou Construindo histórias?** Universidade do

Estado do Rio de Janeiro. Estudos de Psicologia 2008. Acervo disponível em: [www.scielo.br/epsic](http://www.scielo.br/epsic)

CASTRO, Maria Laura Viveiros de **Patrimônio imaterial no Brasil**. Legislação e Políticas Estaduais / Maria Laura Viveiros de Castro e Maria Cecília Londres Fonseca. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008. 199 p.

HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**; Tradução Laurent Léon Schaffeter; Editora Revista dos Tribunais, São Paulo-SP, 1990.

HALBWACHS, Maurice In: Márcia Pereira dos Santos. **HISTÓRIA E MEMÓRIA: DESAFIOS DE UMA RELAÇÃO TEÓRICA**. OPSIS, vol. 7, nº 9, jul-dez 2007.

HARTOG, François. **Tempo e Patrimônio**. VARIA HISTORIA. Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.261-273, Jul./Dez 2006.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**. PROJETO HISTÓRIA: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC. (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo, SP-Brasil, 1981.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, v.5, n.10, Rio de Janeiro: CP/DOC FGV, 1992.

RIBAMAR, Nogueira da Silva. **A História Social da cultura e a História Cultural do social: aproximações e possibilidades na pesquisa histórica em educação**. Cadernos de História da Educação – v. 9, n. 2 – jul./dez. 2010.

SILVEIRA FILHO, Hélio Braga da. **Educando com a História Local: marcas da formação de professoras no fazer escolar**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

TOMAZ, Paulo Cesar. Universidade Presbiteriana Mackenzie. **A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E SUA TRAJETÓRIA NO BRASIL**. Revista de História e Estudos culturais. Maio/ Junho/ Julho/ Agosto de 2010. Vol. 7 ano VII nº 2. [www.revistafênix.pro.br](http://www.revistafênix.pro.br)

## **APÊNDICE**

## LISTA DE ENTREVISTADOS

### Dados dos Sujeitos entrevistados

Javancy Celso de Lima, 78 anos, Técnico em Saneamento Básico aposentado;

José Avelar Freire, 63 anos, Historiador;

José Guimarães Gudes, 64 anos, Engenho Agrônomo aposentado;

Teresinha Vasconcelos, 76 anos, Professora Primária aposentada.

## QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ENTREVISTADOS

- 1) Fale um pouco sobre a história do Município de Alagoa Grande;
- 2) Como era Alagoa Grande durante sua infância ou juventude?
- 3) O que o senhor (a) conhece da história de Jackson do Pandeiro?
- 4) O senhor (a) tem algum conhecimento sobre a história de e luta de Margarida Maria Alves?
- 5) Fale um pouco sobre os prédios e praças de Alagoa Grande; conhece alguma história sobre eles? Fale um pouco o eu conhece;
- 6) Em sua opinião, as escolas poderiam falar mais sobre a História do município? Se sim, por que?